



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 157

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE JANEIRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Nelson Garcia
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 157

2ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Ofícios.....	03
Memorando	04
Requerimentos	04
Pequeno Expediente:	
Dep. Reni Pereira	05
Dep. Tadeu Veneri.....	07
Dep. José Domingos Scarpellini	10
Dep. Barbosa Neto	12
Dep. Elza Correia.....	12

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PTB/PL/PRB	
Dep. Jocelito Canto.....	13
Liderança do PFL	
Dep. Plauto Miró Guimarães	14
Liderança do PSB	
Dep. Reni Pereira.....	05
Liderança do PT	
Dep. Tadeu Veneri	08
Liderança da Oposição	
Dep. Valdir Rossoni	15

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente	18
Discussão / Votação:	
1ª Discussão	18
Discussão Única (Proposições)...	25
Requerimentos	45

Encerramento da Sessão45

DIÁRIO Nº 157

2ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO REALIZADA EM 16 DE JANEIRO DE 2007

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (51).

Ausentes os Srs. Deputados: Pastor Edson Praczyk, Luiz Carlos Martins e Renato Gaúcho (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Pre-

sidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

OFÍCIOS

Sob o nº 825/06-OPD/GP, do Sr. Heinz Georg Herwig, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, em resposta ao Pedido de Informações, requerido pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, que pede esclarecimentos sobre o processo de preenchimento de vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 736/06-OPD/GP, do Sr. Heinz Georg Herwig, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, em resposta ao Pedido de Informações, requerido pelo Deputado José Domingos Scarpellini, que pede esclarecimentos sobre gastos da Secretaria Estadual de Educação. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 654/06/GAB/SFA/PR, do Sr. Valmir Kowalewski de Souza, Superintendente Federal no Paraná do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, informando que foram descentralizados recursos da ordem de R\$ 300.000,00 e R\$ 3.727.000,00 destinados ao Convênio MAPA/SFA/PR e SEAB/PR, para a área vegetal e animal respectivamente. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 117/06/C. Café, do Sr. Gabriel Ferreira Bartholo, Gerente Geral da Embrapa Café, comunicando convênio com o Iapar no valor de R\$ 285.290,00 e UEL no valor de R\$ 49.124,00, objetivando integrar esforços entre as partes para a execução de trabalhos de pesquisa agropecuária em prol do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001109/06, do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacio-

nal da Educação junto ao Instituto de Desenvolvimento do Paraná - Fundepar, através do Programa PNAE. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001110/06, do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Educacional FNDE, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação junto ao Instituto de Desenvolvimento do Paraná - Fundepar, através do Programa PNAC - PNAE Creche. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001111/06, do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Educacional FNDE, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação junto ao Instituto de Desenvolvimento do Paraná - Fundepar, através do Programa PNAI - PNAE Indígena. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001112/06, do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Educacional FNDE, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação junto a Secretaria de Estado da Educação, através do Programa PNATE. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001113/06, do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Educacional FNDE, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação junto a Secretaria de Estado da Educação, através do Programa PEJA. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001209/06, do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Educacional FNDE, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação junto a Secretaria de Estado da Educação, através do Programa PEJA. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 11228734/MS/SE/FNS, do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Instituto de Saúde do Paraná, no valor de R\$ 116.600,00 para pagamento de centros de especialidades odontológicas. **Ao conhecimento da Casa.**

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

OFÍCIO Nº 014/07

Curitiba, em 16 de janeiro de 2007.

Solicito a V. Exa. as necessárias providências para que seja retirado de pauta o Projeto de Lei nº 285/05, por perda de objeto.

Nesta oportunidade apresento a V. Exa. meus protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

(a) NESTOR BAPTISTA - Presidente

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 007

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei Complementar nº 003/07, item 07.

Sala das Sessões, em 16.01.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 010

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 001/07, item 05.

Sala das Sessões, em 16.01.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 012

Senhor Presidente:

O Deputado Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, seja retirado da pauta de votação, por três Sessões, a Proposição nº 98/06, item 08 da Ordem do Dia de 16 de janeiro de 2007.

Pede deferimento.

Sala das Sessões, em 16.01.07.

(a) TADEU VENERI

Apoiamento:

Padre Paulo Campos, Ratinho Júnior, Elza Correia, Luciana Rafagnin, Marcos Isfer e Barbosa Neto.

REQUERIMENTO Nº 009

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, destaque para discussão e votação do veto apostado aos parágrafos nº 1º ao 6º do artigo 23, do Projeto de Lei nº 487/06 - Orçamento para 2007, que fazem parte da Proposição nº 01/07, item 09 da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 16.01.07.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 013

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no parágrafo 3º do artigo 170, do Regimento Interno desta Casa, REQUER, após aprovação do douto

Plenário, destaque para votação do veto apostado ao artigo 45 do Projeto de Lei nº 487/06, Proposição nº 001/07, item 09 da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 16.01.07.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 016

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER votação em bloco dos vetos apostados ao Projeto de Lei nº 487/06, com exceção dos artigos 23 e 45.

Sala das Sessões, em 16.01.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 017

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER votação em bloco dos vetos apostados ao Projeto de Lei nº 487/06, com exceção do artigo 23.

Sala das Sessões, em 16.01.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 018

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 81 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a prorrogação da Sessão do dia 16 de janeiro do corrente, em duas horas.

Sala das Sessões, em 16.01.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 014

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que sejam fornecidas pelo Sr. Presidente, a este Parlamentar, cópias dos seguintes documentos:

- cópia do Ofício nº 1614/06, de autoria do Ministério Público do Paraná, que deu origem ao Projeto de Lei nº 436/06;

- cópia da emenda modificativa ao citado Projeto de Lei nº 436/06, apresentada em Plenário pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis;

- cópia do Projeto de Lei nº 436/06 que foi levado à Plenário na data de hoje.

Sala das Sessões, em 16.01.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 011

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto

Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 17 de janeiro (quarta-feira), em Comissão Geral para a votação da Mensagem 069/06, Projeto de Lei nº 001/07, de autoria do Poder Executivo, objetiva criar 37 (trinta e sete) cargos de provimentos em Comissão de Diretores Gerais de Penitenciárias e do Projeto de Lei nº 297/06, Mensagem nº 046/06.

Sala das Sessões, em 16.01.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Mauro Moraes, Vanderlei Iensen, Edson Strapasson, Hermes Fonseca, Elza Correia, Carlos Simões, Natálio Stica, Antônio Anibelli, Alexandre Curi, Francisco Bühner, Rafael Greca, Luiz Fernandes da Silva Litro, Miltinho Pupio, Luiz Nishimori, Caíto Quintana e 1 ilegível.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Pequeno Expediente com a palavra o Sr. Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, antes de me pronunciar, quero fazer uma consulta à Mesa, se o item 07 foi retirado da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Eu fui comunicado verbalmente que entrará um requerimento. Ainda não recebi o pedido oficialmente.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, fiz essa Questão de Ordem, porque hoje pela manhã na Comissão de Constituição e Justiça pedimos vistas desse projeto tentando apresentar um substitutivo-geral na próxima segunda-feira. Por isso perguntei se foi retirado, porque não foi emitido parecer favorável, nem desfavorável pela constitucionalidade desse projeto. Um projeto que tem os seus méritos, tanto que um projeto semelhante foi aprovado, aqui, ainda nessa legislatura, de autoria do Deputado Nereu Moura, que criava a Região Metropolitana de Cascavel e foi vetado pelo Governo do Estado, em 03 de junho de 2003, por julgar esse projeto contrário ao interesse público. Há várias exposições e motivos, aqui. Enfim, na conclusão, na justificativa de veto, o Governo do Estado entendia que havia justificativa suficiente e necessária, para que a região metropolitana não fosse criada, mas sim se adequasse a organismos estruturais existentes no Estado do Paraná.

Não sou contra a criação de maneira nenhuma, nem eu e nem os Deputados do Oeste do Paraná e da Região Metropolitana de Cascavel de maneira nenhuma,

à criação. Assim como não fomos contra a Deputada Cida Borghetti, que em um projeto semelhante criou a Região Metropolitana de Maringá, que foi vetada posteriormente e foi derrubado o veto. V. Exa. o Deputado Hermas Brandão, promulgou a lei, apesar de não ter sido ainda regulamentada, existia uma lei semelhante em relação à Maringá e aos municípios vizinhos do ex-Deputado Joel Coimbra, de 98.

Acho que o Estado evolui quando ele pensa em desenvolver administrativa e politicamente micro-regiões do Estado. Temos a mensagem que cria essa Região Metropolitana de Cascavel. No nosso modo de ver uma mensagem pertinente aos interesses do Oeste do Paraná, em que pese a Constituição Federal, as leis complementares dizerem, que quando se cria uma região metropolitana há de se levar em conta os interesses comuns dos municípios. Em que pese alguns municípios, como o de Anahy e Cafelândia que fazem limite com o município de Cascavel, terem sido excluídos dessa mensagem do governo, entretanto, constava no projeto vetado pelo governo.

Percebemos aí algumas inconsistências em relação a alguns requisitos, que mais uma vez citamos, que foram deixados de lado nessa mensagem. Não só a situação de Anahy e de Cafelândia, que não constam como pertencentes.

Passa a usar o Horário da Liderança do PSB

Em que pese o município de Anahy e Cafelândia estarem ligados por limite físico, fazerem confrontações com o município de Cascavel e estarem excluídos da mensagem.

Mas, existe um projeto também de 2003, de autoria do Deputado Chico Noroeste, do Deputado Dobrandino da Silva e de minha autoria, que criava também a Região Metropolitana de Foz do Iguaçu e constava nesses municípios da Região Metropolitana de Foz do Iguaçu, além dos municípios que fazem divisa com Foz do Iguaçu, alguns municípios que tinham uma economia semelhante, como é o caso dos municípios lindeiros.

Então, esse projeto de autoria do Deputado Chico Noroeste, Deputado Dobrandino e de minha autoria, nós na verdade nem demos seguimento a ele, que ficou paralisado na CCJ quando o Governador vetou o projeto da Região Metropolitana de Cascavel, porque se ele julgou aquele contrário ao interesse público, provavelmente o nosso também seria vetado e nós não queríamos criar uma falsa expectativa no extremo-oeste do Paraná com a criação de uma região metropolitana que depois fosse frustrada com o veto do Governo do Estado.

Mas, pois bem, nesta mensagem e aqui quero fazer referência à sensibilidade do Relator, o Deputado Antonio Anibelli, que conhece a história da região e já morou em Foz do Iguaçu e sabe que historicamente Foz do Iguaçu foi criada muito antes e não é nem uma questão de

bairrismo, mas de respeitar o que diz a legislação e o que diz a história.

Então, o que estamos tentando, vamos apresentar um substitutivo e não o apresentamos ainda porque o Deputado Dobrandino não se fazia presente hoje na Casa, mas já está pronto o Substitutivo com o Deputado Chico Noroeste, fazendo a separação dessas duas regiões metropolitanas. E entendemos que a criação é interessante no aspecto do serviço público?

É. Mas, também é interessante respeitarmos as peculiaridades, os critérios, que tem que ser os municípios limítrofes e também as economias locais parecidas. Por isso entendemos muito mais coerente a criação de duas regiões, sendo uma de Cascavel e uma de Foz do Iguaçu, com os municípios da beira lago e também os municípios limítrofes.

Concedo um aparte ao Deputado Chico Noroeste e na sequência ao Deputado Barbosa Neto.

O Sr. Chico Noroeste (PFL)

Deputado Reni Pereira, muito obrigado pelo aparte!

Também atento a essa questão das regiões metropolitanas, assim que vi na pauta para ser votado ainda hoje, fui na CCJ e lá o senhor estava e começamos a dialogar referente a essas duas reivindicações da região oeste do Paraná. Como muito bem V. Exa. lembrou, no início desta Legislatura o Deputado Nereu Moura apresentou neste Parlamento, nesta Casa de Leis um projeto instituindo a Região Metropolitana de Cascavel. Esse projeto foi aprovado aqui por unanimidade, seguiu para o Governo do Estado e infelizmente foi vetado pelo Governador e assim logo posteriormente nós, eu, V. Exa. e o Deputado Dobrandino, apresentamos um projeto instituindo a Região Metropolitana de Foz do Iguaçu.

Vendo esse projeto do Governador, estamos apresentando e já peguei a assinatura de V. Exa. e logo após vamos conversar com o Deputado Dobrandino para que possamos apresentar um Substitutivo Geral ao projeto de lei do Sr. Governador do estado no sentido de que a Região Metropolitana de Foz do Iguaçu seja instituída também. Esse nosso projeto não sai fora daquele que já apresentamos anteriormente. Estamos propondo que sejam contemplados os municípios na Região Metropolitana de Foz do Iguaçu, aqueles que já propusemos anteriormente. Apenas estamos excluindo doze municípios da região metropolitana, que o Governador do Estado está propondo para que façam parte da Região Metropolitana de Foz do Iguaçu. E, além disso, você sabe que o projeto do Deputado Nereu Moura era bem mais amplo. Além desses municípios que ficaram fazendo parte da Região Metropolitana de Cascavel, projeto do Governador do Estado, nós incluimos mais os outros municípios que anteriormente eram contemplados pelo projeto do Deputado Nereu Moura.

Portanto, logo após pegar a assinatura do Deputado Dobrandino, que penso que ele vai concordar também,

nós vamos estar dando entrada na CCJ para que esse projeto possa, amplamente, ser debatido, não precisa prevalecer esse nosso substitutivo, penso que ele pode ser aperfeiçoado, pode ser melhorado, e pode, inclusive, Deputado Reni Pereira, um projeto dessa envergadura, pode ser debatido, inclusive, na AMOP, na CAMOP, pode ser debatido por todos os municípios do Oeste do Paraná, porque afinal de contas interessa a toda a região Oeste do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Obrigado pelo aparte.

Concedo um aparte ao Deputado Barbosa Neto.

O Sr. Barbosa Neto (PDT)

Quero cumprimentar V. Exa., Deputado Reni Pereira, pela presença do espírito e pela perspicácia de rapidamente, quando o projeto deu entrada na Comissão de Constituição e Justiça, já se articular, inclusive, para que não haja um prejuízo, não só para a região de Foz do Iguaçu, mas de todo o Estado. Eu não sou da região, mas nós recebemos a ligação do Deputado eleito Edgar Bueno, que foi Prefeito de Cascavel e Deputado desta Casa, que também está levantando que municípios que foram citados por V. Exa., como Cafelândia, Corbélia, Anahy e outros, também não foram incluídos. E a importância dessa discussão foi ressaltada pelo próprio Deputado Durval Amaral, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que, de forma sensível e extremamente cordial, já disse que na próxima Sessão esse tema deverá ser debatido com maior profundidade.

Nós que defendemos a criação das Regiões Metropolitanas de Maringá, de Cascavel, também como a de Londrina, de Ponta Grossa, acreditamos que o Governador deveria, de forma estratégica, concatenar ações para que as regiões populosas e verdadeiramente interligadas, e conurbadas, deveriam ser feitas de forma imediata com uma secretaria condizente e, acima de tudo, que tenha algum tipo de relação com essas regiões para não se criar de forma política apenas e não técnica. Porque compreendemos, estava dizendo isso até para o Deputado Luiz Nishimori, agora, o proveito para o município vai ser muito grande com a questão do meio ambiente, a questão da telefonia, do transporte coletivo, e de outros tantos aspectos que vão, sem dúvida nenhuma, melhorar com a criação dessas regiões metropolitanas.

Cumprimento mais uma vez V. Exa. por levantar essa questão e trazê-la à baila na Sessão de hoje.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Muito obrigado pelo aparte.

Concluindo, Sr. Presidente, só gostaria de lembrar mais uma vez que o critério que a lei determina, principalmente, que deve se levar em conta para a criação de regiões metropolitanas é a proximidade, é a conurbação

de municípios e também que as economias locais devem ser muito parecidas. O que não é o caso em relação à Foz do Iguaçu e Cascavel. Cascavel é uma cidade que tem o comércio muito forte, a indústria. Foz do Iguaçu e os municípios da beira lago, de uma maneira geral, têm uma vocação para o turismo, exploram o turismo como fonte primeira, também tem a agricultura. Então, acho que basta discutirmos e há a possibilidade de desmembrarmos esse projeto em dois para que os municípios que tenham como critério que seus limites não fiquem dentro de uma mesma região metropolitana, como é o caso de Foz, a 140 quilômetros de Cascavel pertencer a região metropolitana.

Na verdade, seria como nós dividirmos o Paraná em dois. A região metropolitana que engloba, daí não tem nenhum empecilho para englobar até Francisco Beltrão e a região metropolitana da capital. Então, eu acho que, pelo bom-senso, nós devemos dividir esse projeto. Eu acredito que vou encontrar apoio nos demais Parlamentares desta Casa, não só dos Deputados do oeste do Paraná e com certeza nós vamos aprimorar essa vontade do Governo do Estado que é descentralizar o Governo criando ações e regiões metropolitanas pelo interior do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e na segunda-feira nós estaremos debatendo novamente esse projeto.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, conforme V. Exa. anunciou ontem, a Comissão de Constituição e Justiça reuniu-se pela manhã, às 11h00, e deu parecer sobre todos os projetos que constam da Ordem do Dia, com exceção do item 7º, porque houve um acordo para que fosse retirado...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Aproveitando essa colocação que V. Exa. está fazendo agora, há um entendimento para retirarmos o item 7º da pauta por duas Sessões. Estou aguardando o requerimento para formalizar.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Perfeito. Então com o consentimento de V. Exa. obviamente consta da Ordem do Dia que os projeto estão sem os pareceres da CCJ, gostaria de encarecer a V. Exa. para que sejam recolhidas...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Foram dados os pareceres pela Comissão de Constituição e Justiça, Comissão presidida por V. Exa. e há um requerimento para transformarmos o Plenário em Comissão Geral. Nós vamos transformar em Comissão Geral só para relatar a Comissão de Finanças.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Perfeitamente, só o item 8 não foi apreciado na CCJ porque trata-se de uma emenda constitucional e pelo nosso Regimento Interno não passa na Comissão de

Constituição e Justiça. Todos os demais têm pareceres, inclusive com emendas em dois ou três projetos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu não compreendi direito a questão do item 8, como é que ele vai ser tratado. Será votado hoje? Isso por se tratar de emenda à Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O item 8 depende ainda do parecer dos membros que forem indicados para dar o parecer. Provavelmente ficará para a Sessão de amanhã.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, uma vez que os projetos vieram para a Assembléia no dia de ontem e nós sabemos que tem um requerimento que pede a transformação do Plenário em Comissão Geral, a CCJ se reuniu hoje de manhã, às 11h00, e os projetos que seriam encaminhados à Comissão de Finanças, uma vez que não houve tempo hábil para a Comissão se reunir por esta razão é que os projetos não constam com os pareceres.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Consulto V. Exa. como Presidente da Comissão de Finanças se nós suspendêssemos a Sessão por trinta minutos se seria possível a Comissão de Finanças realizar a análise desses projetos e dar seu parecer?

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sem problema nenhum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Depois de concluirmos os horários do Pequeno, do Grande Expediente e das Lideranças nós suspenderemos a Sessão por trinta minutos para que a Comissão de Finanças dê o seu parecer e não haja necessidade de usarmos a transformação do Plenário em Comissão Geral.

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para registrar a presença do Presidente da Câmara de Vereadores de Faxinal, Vereador Gilberto Taborda que está ali na tribuna de honra honrando-nos com a sua visita.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o assunto que me traz a esta tribuna na verdade já foi aqui, parcialmente, comentado pelo Deputado Durval Amaral, e é justamente o item 8 da pauta do dia de hoje que diz respeito a uma alteração na Constituição Estadual, uma

alteração que prevê que os cartórios, varas de famílias, cartórios judiciais, quando vagarem não sejam estatizados. Isso na nossa Constituição está previsto e está previsto também nas disposições constitucionais transitórias da Constituição Federal de 88, no artigo 31, que diz o seguinte:

Art. 31. Serão estatizadas as serventias do foro judicial assim definidas em lei, respeitados os direitos dos atuais titulares.

O que me chama a atenção, Srs. Deputados, como já o Deputado Durval Amaral, aqui, citou, nós não podemos votar hoje em hipótese alguma esse item 8 por uma razão muito simples: primeiro, porque se é para fazer uma alteração na Constituição Estadual é necessário que esse projeto que foi apresentado, aqui, no dia 14 de dezembro tivesse o mesmo trâmite de todos os demais que visaram alterar a Constituição Estadual. Ou seja, a nomeação de uma Comissão Especial composta pelos cinco maiores Partidos da Casa. O prazo para que esta Comissão através do seu Relator e do seu Presidente indicados pelo Presidente, ou seja o Deputado Pedro Ivo, teria que fazer a convocação dessa Comissão. Após a convocação dessa Comissão, após a sua constituição ela teria um prazo para dar esse parecer.

Dado esse parecer nós teríamos, Deputado Marcos Isfer, o senhor que foi um dos Deputados que em 2003 participou também do novo código de organização judiciária, aqui, do Paraná. Dado o parecer nós teríamos uma 1ª votação onde são necessários 31 votos, porque a votação é qualificada, 31 votos a favor, um interregno de cinco Sessões Ordinárias. Ou seja, caso votássemos hoje, o que não é possível até porque consta da Ordem do Dia como estando sem parecer, não há um parecer da Comissão Especial. Não sei quem do Partido dos Trabalhadores participa dessa Comissão Especial, não sei quem o Deputado Ângelo Vanhoni nomeou para esta Comissão. Mas se a Comissão houver dado o parecer, se nós votarmos amanhã nós teríamos que esperar segunda-feira, terça-feira, quarta-feira da semana que vem e só poderemos fazer a 2ª votação na próxima legislatura.

Não é possível por questões regimentais, constitucionais, legais, não é possível aprovarmos esse projeto nessa convocação extraordinária. Estou colocando isso, Srs. Deputados, porque o artigo 8º diz: *Os titulares das escrivaniias judiciais cíveis comuns, especializadas, remunerados por custas processuais não pertencerão ao quadro efetivo dos servidores públicos estaduais. Preservados os direitos dos atuais titulares ou mediante opção.*

Parágrafo Único. No caso das serventias judiciais privativas de família, as mesmas obedecerão ao caput do presente artigo. Sendo que na medida em que ocorrerem vacâncias, as mesmas serão estatizadas obedecido o critério da antiguidade, cabendo a seus atuais titulares o direito de prioridade na designação, bem como no pedido de efetivação ou remoção requerido pelos mes-

mos para outro ofício vago ada mesma ou de outra natureza somente na mesma comarca e não serão remunerados pelos cofres públicos.

Uso o horário da Liderança.

Passa a usar o Horário da Liderança do PT

Então a alteração que se pretende fazer retirando-se essa determinação feita, aqui, na Assembléia e que obviamente vem dentro do que preceitua o artigo 31 da nossa Constituição Federal, segue todo um rito que não podemos alterar com lei ordinária. Por isso, faço uma solicitação a Mesa para que nós retiremos de pauta esse projeto. E que nós possamos saber inclusive se essa Comissão já foi nomeada, quando ela se reuniu. Não sei se o Deputado Pedro Ivo se encontra no Plenário. Gostaria de solicitar do Deputado Pedro Ivo, para que pudéssemos saber quando que o Deputado convocou essa Comissão? Se essa Comissão não foi convocada só poderá ser reunida na próxima legislatura. Só para deixar claro que talvez no atropelo, ou no calor ou na hora de fazermos a Ordem do Dia, tenha passado despercebido que nós não tínhamos ainda os pareceres e nem a Comissão Especial.

Quero também deixar registrado e falei com alguns Deputados aqui, consultá-los, com os Deputados José Maria, Durval Amaral e Rossoni. Porque se nós aprovarmos o projeto, ainda que necessite de 31 votos favoráveis, se nós aprovarmos o projeto como está, eu acho que qualquer Deputado, não por ser Deputado, mas por ser cidadão, qualquer Deputado e qualquer cidadão pode e deve recorrer ao Tribunal de Justiça, porque nós estamos incorrendo num processo que é extremamente delicado, porque faz com que sendo aprovado da forma como está, não respeitando os prazos estabelecidos pela nossa Constituição, se torne absolutamente inválido, já na sua origem.

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Deputado Tadeu, peço aparte.

(Assentimento)

Eu entendo o seguinte. Também me chamou a atenção, porque nós estamos aqui revogando um artigo da Constituição Estadual, o que nós não podemos fazer sem a Comissão Especial. Até fui falar com outros Deputados para ver se a minha interpretação estava errada ou não. Não pode.

Nós estamos ferindo o nosso Regimento, nós estamos ferindo a Constituição e, no artigo 31 da Constituição Brasileira está muito claro o que está especificado aqui na lei estadual.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu só quero dar uma informação à Deputada Elza Correia e ao Deputado Tadeu Veneri.

Foi apresentado, no dia 14 de dezembro, no encerramento do período legislativo do ano passado e ontem o Deputado Pedro Ivo fez a reunião, tem o parecer...

O SR. TADEU VENERI (PT)

Quais são os Deputados nomeados, indicados? Os Deputados foram indicados para a Comissão. O Líder da Bancada não estava ontem em Plenário. Não sei como que o Líder indicou.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu consulto V. Exa.

V. Exa. quer tirar da pauta? Faça um requerimento e mande. Nós vamos aprovar o requerimento de V. Exa. e retirar da pauta.

Quero esclarecer a V. Exa., Deputada Elza. Já foi declarado inconstitucional esse artigo da Constituição do Estado. Já é inconstitucional. Nós só estávamos normalizando a situação.

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Por isso é importante o processo de discussão, para a gente saber, porque do jeito que está aqui, sem parecer e que não tivemos acesso e que V. Exa. agora coloca que há parecer da Comissão Especial, que a Comissão Especial se reuniu e deu parecer...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O representante do Partido de V. Exa. foi o próprio Líder do Partido de V. Exa., Deputado Antonio Anibelli.

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Pois é. Pena que o líder do Partido não tenha me avisado que já existia esse parecer, mas de qualquer maneira...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu acho que não há dúvida nenhuma. Não é se votarmos agora ou se votarmos no ano que vem. Esse artigo já foi declarado inconstitucional.

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Declarado aonde e por quem?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pelo Tribunal de Justiça.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Deputada Elza Correia me desculpe, pois a senhora está com o aparte, mas, Sr. Presidente, para nós restabelecermos, o Tribunal de Justiça pode ter dado um parecer, mas há acórdão do Tribunal de Justiça?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tem um acórdão do Órgão Especial. Não há discussão, Deputado Tadeu Veneri. V. Exa. quer retirar da pauta, vamos tirar.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Eu vou fazer o requerimento, mas o que eu estou colocando aqui, dentro daquilo que eu entendo que é o nosso objetivo, é fazer esse debate. Eu acho que nós temos que fazer esse debate. Não só eu, vários Deputados farão a solicitação, vamos fazer o requerimento para que seja retirado de pauta e para que siga o trâmite conforme prevê a Constituição e que a gente tenha transparência nesse processo, para que depois a gente não precise ficar discutindo o sexo dos anjos aqui dentro. Eu acho que essas coisas são tranquilas de serem feitas, são pacíficas de serem feitas, mas não podem ser feitas de uma forma que muitas vezes - nós temos uma série de projetos para serem votados e, se por ventura um projeto como esse, não que haja essa intenção, não faço prejulgamento, mas se um projeto como esse passa da forma como está, nós teremos amanhã, sem dúvida nenhuma, uma demanda junto ao Tribunal de Justiça.

Quer dizer, a Assembléia Legislativa vai votar, se votasse iria votar alguma coisa que no dia seguinte será contestada no Tribunal de Justiça. Eu acho que não precisa isso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só para informar V. Exa., foi contestado e nós já votamos. Nós estamos só regulamentando uma situação.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Deputado Hermas Brandão, nós não votamos a emenda do Deputado Cartário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós votamos, colocamos no passado, na Constituição do nosso Estado...

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sim, quando nós fizemos o novo código do Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

... que foi declarado pelo Órgão Superior do Tribunal de Justiça inconstitucional.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Mas, eu sei Deputado Hermas Brandão, mas é como eu já coloquei aqui, se há uma emenda à Constituição e se essa emenda está para ser votada, ela tem o rito, independente do Tribunal de Justiça já ter declarado inconstitucional, constitucional. Independe do Tribunal de Justiça ter dado em acórdão ou não, ter parecer ou não ter parecer, independente do entendimento que os juristas tenham, independente do Tribunal de Justiça.

A partir do momento que entra um projeto de emenda constitucional na Assembléia Legislativa, ele tem um rito para ser cumprido e é isso que nós estamos colocando.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O rito foi cumprido normalmente, Deputado Tadeu Veneri. Está aqui.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Deputado Hermas Brandão, se fosse votado hoje, não estaria. O senhor tem, até porque o senhor como Presidente tem essa informação. Mas, nós que estamos aqui na planície, nós na nossa Ordem do Dia, não tem parecer. Esse é o questionamento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para isso, Deputado Veneri, existe uma composição de uma Mesa Executiva. A nobre Deputada poderia fazer a leitura normalmente, ou pedir para o relator que assinou, fez membro da comissão.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Eu sei, mas é justamente por isso que eu estou usando a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas ninguém está impedindo V. Exa.

O SR. TADEU VENERI (PT)

O Vice-Presidente Pedro Ivo tem por obrigação fazer.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas, ele fez. O nobre Deputado Pedro Ivo fez.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Eu sei Deputado Hermas Brandão, eu sei, mas quando nós tivermos os outros projetos aqui de emenda à Constituição, por exemplo, os dois projetos de emenda a Constituição que vieram para cá e foram assinados por diversos Deputados e apresentados pelo Deputado Nelson Justus. Nós tivemos todo um processo de leitura, de apresentação da Comissão, de interpretação e de votação. E é isso que nós estamos reivindicando.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas, nós teremos todo o processo de convocação para discutir. Mas, estou aguardando o requerimento de V. Exa. pedindo a retirada.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Eu faço verbalmente e vou apresentá-lo por escrito, Deputado Hermas Brandão. Nem nas cinco Sessões, que agora serão quatro, contando hoje e amanhã, segunda, terça e quarta.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Olha, quero falar para V. Exa. que a delegação de marcar Sessões é do Presidente ainda desta Casa. V. Exa. não pode definir são três ou quatro.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Não, não sou eu que defini Sr. Presidente, é o nosso Regimento, aprovado pelos 54 Deputados. Ele diz que são cinco Sessões Ordinárias.

Lembro que quando tivemos aqui o projeto do nepotismo, nós não pudemos adiantá-lo, por conta do nosso Regimento e corretamente nós não o fizemos, para não incorreremos uma inconstitucionalidade que levaria posteriormente, caso fosse aprovado o projeto, não o foi, mas caso fosse aprovado levaria fazendo com que Sessões Extraordinárias valessem, contassem as cinco Sessões, levaria fatalmente qualquer cidadão a arguir a sua inconstitucionalidade. É isso que diz o nosso Regimento.

Então não é esse Deputado e obviamente que nenhum dos demais Deputados e Deputadas que estão questionando. É o Regimento, é a Constituição e acima de nós comuns mortais, ou poeiras do universo, como disse um ex-Governador aí recentemente, num jornal de grande circulação do Estado do Paraná, acima de nós todos está a Constituição. E a nós cidadãos brasileiros e, principalmente, Deputados que juramos cumpri-la, cabe cumpri-la. É esse o questionamento, mas eu vou requerer por escrito, Sr. Presidente, que seja retirado da Ordem do Dia, esse projeto da forma como está.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nobres Pares aqui presentes:

A discussão sobre essa matéria constitucional, que o Deputado Tadeu Veneri levanta, seria muito interessante discutir se já não houvesse uma ação que a declarou inconstitucional no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. O que vamos fazer aqui, agora, salvo melhor juízo, é uma correção de um erro que esta Assembléia cometeu ao votar uma matéria que não era da competência deste Legislativo e colocar na Constituição Estadual.

Entendo as colocações feitas pelo Deputado Tadeu Veneri, mas venho para relatar aquilo que, há pouco, eu dizia para um repórter da Gazeta do Povo que estava a me perguntar sobre como foi a doação que o candidato José Domingos Scarpellini recebeu do Deputado José Domingos Scarpellini. Eu estava dizendo a ele que tive pouca participação de doadores. Eu tive mais tomadores na minha campanha do que doadores. Tomaram mais e doaram menos.

Eu disse ao repórter que para fazer a minha campanha tive que fazer um empréstimo com um desconto em consignação e, por isso, sobrou R\$ 28,00 no meu pagamento de dezembro, aqui, na Assembléia Legislativa do Paraná.

O Jornal Folha de Londrina disse que o Scarpellini estava falando de dinheiro, que queria dinheiro. Eu não falei que queria dinheiro e quero fazer essa correção. Há 34 anos, eu me elegi Deputado Estadual nesta Assembleia e não fiquei mais rico nem mais pobre do que quando aqui cheguei. Agora, igualmente, vou sair daqui da mesma maneira como cheguei, há dois anos, na qualidade de suplente de Deputado Estadual.

Assim com o Deputado Tadeu Veneri quer ser respeitado pelas suas posições, também quero ser respeitado pelo meu empobrecimento ilícito. Eu vi muitos serem condenados por enriquecimento ilícito, e eu quero ser respeitado diante do meu empobrecimento ilícito.

Fui Prefeito de Apucarana; fui Secretário de Governo do Governador Roberto Requião, no mandato passado; fui Deputado, estou terminando o mandato; vou ficar como suplente. Nunca vim à tribuna da Assembleia para falar aquilo que eu não pensava, aquilo que eu não fazia e, talvez, até por isso, Deputado Dobrandino, Deputado Iensen, Deputado Rossoni, estou pagando um preço por falar, ser autêntico e legítimo, dentro daquilo que eu imagino e prego.

Sr. Presidente, jamais ficaria tranqüilo se eu viesse aqui...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo mais um minuto no Horário da Liderança do seu bloco.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu não ficaria bem se não viesse, aqui, para esclarecer e para falar.

Eu não tive doadores como eu vi as doações recebidas pelo Governador Requião de alguns empreiteiros - aqui não vai nenhuma crítica e nenhum ataque ao candidato reeleito Governador do Paraná Roberto Requião - eu vi um doador da campanha do Governador que é Diretor da Copel. Eu nunca tive esses doadores.

Na campanha em que eu fui eleito Prefeito de Apucarana não aceitei doação por exemplo, da empresa que faz o transporte coletivo da cidade e de empresas que tinham pendências com o meio ambiente, poluindo a cidade de Apucarana. Isso não quer dizer que eu seja melhor ou pior que o Deputado Tadeu Veneri; que eu seja melhor ou pior que o Governador Roberto Requião.

Nesta campanha eu recebi uma doação de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) da Destilaria de Alcool do Vale do Ivaí, da cidade de São Pedro do Ivaí, mas a destilaria deu dinheiro para vários outros candidatos, não foi só para mim. Então fiz minha campanha com o meu próprio dinheiro. Aí sim a Folha de Londrina poderia fazer a retificação.

Acho que quem não aceita determinados tipos de doações fica mais independente para agir, para trabalhar, para votar. Não recebi dinheiro de Sindicatos, de Cooperativas porque eles não me procuraram para oferecer a doação e eu não os procurei para pedir. Então, não tinha

como fazer essa aproximação e esse entendimento, mas não quero condenar alguém que tenha recebido porque, dependendo do caso, se tivessem me ofertado eu também poderia ter aceitado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Deputado Tadeu Veneri disse que não vai receber R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais) da convocação extraordinária. Gostaria de perguntar se ele vai receber R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais) de ressarcimento deste mês, porque já que não trabalhou no Plenário para receber R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais) onde ele trabalhou para receber R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais) que é pago por mês aos Deputados do Paraná?

Eu já recebi para cobrir a minha conta que estava descoberta. E faço a pergunta porque o moralismo não pode ser apenas um discurso, tem que ser uma prática. Quem prega o moralismo nas coisas pequenas também tem que fazer nas grandes. Não sei se estou sendo claro e objetivo naquilo que estou querendo demonstrar, mas acho que sim.

Eu vou votar com a minha consciência nesses projetos que aqui estão. Tem um projeto que é de minha autoria, que já justifiquei desta tribuna da Assembleia. Este projeto vai se transformar em lei e vai proibir o consumo de bebida alcoólica, em veículos de transporte coletivo no Paraná. Não é possível você entrar dentro de um ônibus em Curitiba e encontrar uma "renca" - como dizem na gíria - de rapazes com uma garrafa de plástico de cachaça ou de batida de amendoim, bebendo, se embriagando, provocando as pessoas que usam o ônibus como meio de locomoção para o trabalho, o lazer, para a escola, ou para buscar o bem-estar da sua vida e ser incomodado por esses embriagados que usam da bebida alcoólica dentro do ônibus. Esse nosso projeto de lei está aí para ser votado também e é oportuno que eu venha na tribuna da Assembleia, para poder falar sobre essa questão.

Estou vendo lá em cima, nas galerias um cidadão que está com uma túnica branca: "Apelo ao povo. Falta de decoro parlamentar. Lesa-Pátria." Eu gostaria de saber onde está a falta de decoro parlamentar daqueles Deputados que vêm trabalhar, que votam, se dedicam e entregam as suas vidas ao povo do seu Estado. Estamos vendo aí essas críticas todas dizendo que os Deputados teriam aumento de salário. O aumento de salário do Governador do Paraná ninguém cobra. O senhor poderia levar essa placa lá no Palácio, para o Governador Requião também, para saber porque ele aceitou o aumento do salário dele de 100%, que foi votado nessa Casa, no mesmo dia em que foi votado também o salário dos Deputados, que depois foi derrubado em Brasília, pelo Supremo Tribunal. O senhor poderia nos ajudar nessa luta de combate à corrupção e nessa luta pela moralização dos Poderes. Levar uma placa para o Governador: "Renuncie o alto salário que foi votado pela Assembleia do Paraná". Os nossos cumprimentos por sua luta aqui e lá.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que leva um servidor público de carreira concursado, prestes a se aposentar, faltando cinco anos apenas para gozar de uma aposentadoria, abandonar o serviço público e a ingressar na carreira da atividade privada. Um homem que prestou relevantes serviços ao nosso Estado e mais precisamente à Polícia Militar. Um major que foi galgando postos dentro da gloriosa Polícia Militar, até chegar a essa alta patente, prestes a virar Coronel e, posteriormente, Tenente-Coronel e gozar na reserva de merecidos anos de descanso. Foi Comandante da Companhia de Trânsito, Comandante da Polícia Rodoviária da nossa região de Londrina e quando ocupava o cargo de Chefe de Planejamento do VI Batalhão mais importante do interior do nosso Estado, abandona tudo e totalmente descrente de um futuro melhor para a segurança pública, volta para casa, mas volta de cabeça erguida.

Agora, no último domingo, em uma entrevista, abriu a “caixa-preta”, que era a questão dos números em relação à Polícia Militar. Ele, em uma entrevista bombástica declarou que o número de policiais militares que hoje estão fazendo a segurança do Estado do Paraná é o mesmo que existia no ano de 1982, há 25 anos, portanto. Passou-se o Governo José Richa, o Governo Álvaro Dias, o Governo Roberto Requião, oito anos de Jaime Lerner, mais quatro anos de Requião e o mesmo número de policiais militares estão servindo a nossa segurança pública.

Podem alegar que o computador substitui o homem, que a tecnologia a cada dia se aperfeiçoa, mas nós não acreditamos nisso, porque sabemos que segurança pública significa o homem, o policial nas ruas dando realmente a sensação de segurança, que é o que lamentavelmente falta em nosso Estado.

Estamos aqui para corroborar o que disse o Major Sérgio Dalbem, que no final do ano passado “pendurou as chuteiras”, como diz no jargão futebolístico o locutor de rádio, mas que abandonou o seu posto de cabeça erguida e antes de sair, prestou um grande serviço, que foi denunciar aquilo que os policiais militares que ocupam altas patentes não podem, em função até da própria hierarquia, que é pesada contra aqueles que ousam dizer um discurso contrário que não o do Governo do Estado ou do Secretário de Segurança Pública. Abriu a “caixa preta” e confirmou aquilo que durante esses quatro anos nós denunciávamos desta tribuna da Assembléia Legislativa, o baixo número de policiais militares. Existem cidades como Mauá da Serra, como Florestópolis e outras cidades do norte do Paraná que nem policiais civis existem, quanto menos policiais militares.

Hoje há um fenômeno, porque existe até viatura, mas falta policial. Nós devemos isso não só a este

Governo que vai agora completar doze anos ao final do mandato, mas a todos os ex-Governadores que se esqueceram que segurança pública é efetivo, são homens nas ruas.

Parabéns Major Sérgio Dalbem!

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra a Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres companheiros e companheiras:

Fiz questão absoluta de fazer esta fala pelo seguinte: nesses quatro anos de mandato, Deputada Cida Borghetti, foram inúmeras as discussões que tivemos aqui, que em função do rito não ser em alguns momentos obedecidos, nós criamos um problema, uma dificuldade que poderia ser evitada.

Quando pedi o aparte ao Deputado Tadeu Veneri, não foi do ponto de vista para discutir a questão do texto em si, porque eu estava em dúvida, fiz história e tive muita vontade de fazer direito, porque acho que é fundamental e imprescindível conhecermos um pouco do direito do nosso País, porque ajuda muito e principalmente na nossa atuação como políticos, mas fico sempre buscando informações com colegas e até com assessores de Deputados advogados, que possam me ajudar a entender e compreender um pouco mais aquilo que estou discutindo, para ver se concordo ou não. Porque prefiro levantar uma discussão que as vezes pode até ser entendida como polêmica, do que votar “passando batido” porque não entendo muito bem a questão. Acho que quando entramos no Plenário, no Parlamento para discutir qualquer coisa, temos que ter os pareceres em mãos, os pareceres anexados aos projetos, porque senão fica muito difícil. E foi exatamente o que aconteceu hoje.

Conversando com o Deputado José Maria, conversando com o Deputado Caíto Quintana, junto, inclusive, com o Deputado Tadeu Veneri, entendemos que esse texto, a exclusão desse artigo, pode realmente trabalhar na direção de uma moralização maior. Eu ainda tenho dúvidas, mas é mais ou menos isso que nós chegamos a conclusão, podemos aprofundar, devemos aprofundar. O problema é como chegam ao plenário, às vezes, as discussões, por exemplo, sem parecer e sem a informação, que depois o nosso Presidente nos deu, da Comissão Especial. Nós estaríamos incorrendo em uma ilegalidade, em uma inconstitucionalidade, votando esse projeto aqui de revogação de artigo da Constituição Estadual sem passar por uma Comissão Especial.

Eu acho que é mais essa discussão do que propriamente a questão do texto, Presidente, que V. Exa. já disse que houve a reunião da Comissão Especial, já nos informou...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O projeto está à disposição de V. Exa.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Não, Deputado. A minha fala, acho que V. Exa. não prestou atenção, reside exatamente nas informações que nós tivemos posteriormente ao início do debate. Foi por isso que eu pedi um aparte ao Deputado, que não me concedeu por falta de tempo, porque eu quero reiterar aqui, na próxima legislatura eu não estarei mais aqui, mas se estivesse manteria essa posição, que foi a minha posição desde o início nesses quatro anos de mandato.

Não dá para votar sem saber o que estamos votando. Isso não tem, absolutamente, cabimento. Então, o texto, me parece, pelo que estou entendendo, realmente, a revogação desse artigo dificulta a transferência imediata - sem estatizar - a conclusão que eu chego é essa. Portanto, tem que ser revogado, mas não pode realmente ser dessa forma sem que nós tivéssemos essas informações todas. Por isso que eu acho importante, sim, levantarmos as questões, acho importante, sim, buscarmos informações e adquirirmos conteúdos, porque no início dessa discussão, pela nossa própria assessoria, tínhamos uma avaliação e agora temos outra em relação ao texto, mas não, em relação ao processo, eu acho que está correto, que procede, temos que entrar aqui sabendo...

Então, quem sabe menos, procura buscar quem sabe mais. Eu tenho humildade suficiente para buscar aqui os meus colegas que já estão há mais tempo, os meus colegas que têm um maior conhecimento jurídico que eu, para que possamos realmente - busco aqui a nossa assessoria - possamos saber o que estamos fazendo aqui no plenário. Permanece uma dúvida, o que eu acho que apenas o STF poderia realmente deliberar sobre a questão da inconstitucionalidade ou não, e não o Tribunal de Justiça apenas, como foi colocado aqui no início do debate. Então, essa é outra questão que permanece a dúvida.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há nenhum Parlamentar inscrito no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Horário das Lideranças: Bloco PTB/PL/PRB.
Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PL/PRB: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, queria inicialmente fazer um, como disse o Requião, outro diz, ele dedicou o seu discurso ao ex-Governador de São Paulo. Eu quero dedicar o meu discurso hoje ao Presidente do PT, André Vargas, quero

dedicaria V. Exa. o discurso de hoje, o discurso chama-se O Cachimbo da Paz. Faz bem, né?

Parabéns, Deputado André Vargas, V. Exa. estou lendo na imprensa, será Secretário do Trabalho, assumirá o lugar do Padre Roque, aquele que o senhor tinha algumas divergências naturais do Partido. V. Exa. haverá de ser um grande Secretário do próximo Governo, até porque V. Exa. conhece o Governo e eu tenho certeza que será um grande Secretário.

Com todo prazer concedo o aparte ao Deputado André Vargas.

O Sr. André Vargas (PT)

Deputado Jocelito, primeiro agradecer a saudação. De fato o PT está em processo de negociação com o Governador Roberto Requião. Não há ainda nada confirmado a não ser no começo do mês quando o diretório se reúne e ele também fará o anúncio oficial...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Gostei da negociação, o Requião disse que não negocia cargos e agora está negociando.

O Sr. André Vargas (PT)

Ele acena com a possibilidade da participação organizada do PT, que é legítimo. Isso é normal da democracia.

Outra questão é que V. Exa. foi testemunha que, apesar de todas as divergências que tivemos no Partido, com o Padre Roque, nesse Plenário não houve uma crítica sequer no uso da nossa atribuição parlamentar. Portanto temos o respeito máximo com o ex-Deputado Federal, candidato a Governador, Padre Roque Zimmermann.

Era isso.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Parabéns por essa negociação com o Governador Roberto Requião. O Governador disse aqui, eu achei até estranho outro dia quando ele disse que não iria negociar nada e agora V. Exa. vem ao microfone dizer que ele está negociando com o PT.

Parabéns Deputado André Vargas, V. Exa. é um grande articulador, uma pena que não vai para Brasília, lá seria um lugar propício porque o Brasil precisa de grandes Deputados em Brasília. Mas ficar no Paraná já está bom.

Sr. Presidente, eu queria fazer uma Questão de Ordem até, o Deputado Plauto Miró que está a seu lado está apresentando uma emenda sobre a Região Metropolitana de Ponta Grossa. Eu apresentei aqui um projeto e aqui na Assembléia infelizmente, não se cumpre a ordem cronológica dos projetos na CCJ. Mais uma vez, não é nada pessoal contra o nosso Presidente que está aqui, Durval Amaral, mas não há um rito como alguém falou aqui, um rito de A, B, C, de ordem alfabética ou numérica. Eu entrei com o projeto aqui criando a Região

Metropolitana de Ponta Grossa e esse projeto ficou adormecido, para não falar outro termo, na CCJ, e ele acabou não sendo votado. Hoje estamos sendo criticados porque o Governo não mandou para cá a Região Metropolitana de Ponta Grossa. O Deputado Zucchi, Deputado Plauto, V. Exa. era Deputado aqui junto com o Zucchi, no tempo em que eu era Prefeito, o Zucchi aprovou este projeto aqui, da ERegião Metropolitana e foi vetado pelo Governador Lerner, na época.

Agora o Governador Requião cria a região metropolitana de Londrina, de Maringá e de Cascavel e deixa de lado Ponta Grossa. Eu não posso concordar, eu acho que Ponta Grossa deve ser respeitada! Ponta Grossa hoje é maior do que Londrina, maior que Cascavel e maior que Maringá! Os senhores sabem que Ponta Grossa é maior que Maringá, Londrina e Cascavel? Até não ofendendo os Deputados de Londrina, de Cascavel, de Maringá, Ponta Grossa é maior sim! Ponta Grossa é a terceira cidade do Paraná, hoje, não é mais a décima segunda cidade do Paraná, é a terceira! Só perdemos para Curitiba e Araucária, Ponta Grossa é a terceira cidade em arrecadação de ICMS desse Paraná! É a terceira cidade, é maior do que Londrina, Cascavel e Maringá!

Então não é justo que se trate Ponta Grossa como um patinho feio que não merece uma região metropolitana! Ponta Grossa, para quem não sabe, é a terceira cidade do Paraná em arrecadação de impostos hoje, isso graças ao desenvolvimento que teve a partir do nosso Governo como Prefeito quando nós abrimos as fronteiras de Ponta Grossa para transformar Ponta Grossa no maior ciclo de progresso que a cidade já viveu! As novas faculdades, os novos hotéis, os novos mercados, as novas indústrias, os shoppings que não existiam e com isso Ponta Grossa se tornou a terceira cidade do Estado do Paraná!

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é justo que a cidade que mais arrecada nesse interior do Paraná não possa receber uma região metropolitana e eu quero só lamentar que a CCJ não tenha colocado aqui o projeto, na Ordem do Dia, porque nós fizemos a nossa parte. Mas eu e o Deputado Plauto que temos as nossas divergências ideológicas, políticas, pensando no bem de Ponta Grossa e dos Campos Gerais o Deputado está preparando uma emenda e vamos colocar nessa emenda as regiões metropolitanas de hoje.

Mas gostaria de lembrar ao Governo do Estado que a cidade que mais contribui com ICMS depois de Curitiba e Araucária porque tem a Petrobras, é Ponta Grossa. Ponta Grossa é maior que Londrina, Ponta Grossa é maior que Maringá, Ponta Grossa é maior que Cascavel. Só perde para Curitiba e para Araucária. E os jornalistas aqui presentes acho que não sabiam disso. Ponta Grossa é a terceira do Paraná e deve ser respeitada por isso. A Região dos Campos Gerais é a que mais arrecada, é a que mais manda dinheiro para esse Estado e deve ser respeitada.

Por isso faço esse apelo ao Governo, que não se esqueça de Ponta Grossa, porque depois não adianta ficar reclamando que não teve voto lá. Não teve voto, claro. Como é que vai reclamar? Não dá para reclamar! Faz região metropolitana e esquece a Região Metropolitana de Ponta Grossa, como se Ponta Grossa fosse o patinho feio. Não é o patinho feio! Ponta Grossa é a terceira cidade do Paraná e esse desenvolvimento começou exatamente em 1997, quando abrimos as portas da cidade e deixamos o progresso chegar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Horário da Liderança do PFL, Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Estamos nesse período extraordinário com vários projetos de leis, vários encaminhados pelo Poder Executivo, outros oriundos de Deputados da Assembléia Legislativa do Paraná. E dentre eles a criação da Região Metropolitana do município de Cascavel.

Deputado Jocelito Canto, acaba de fazer um pronunciamento colocando, aqui, a sua posição aquilo que a cidade de Ponta Grossa, que os Campos Gerais almeja, que é ter também a sua região metropolitana para que desta forma possa ter os benefícios e desta forma quando vemos nessa Sessão Extraordinária um projeto do Governador do Estado criando só a Região Metropolitana de Cascavel, nós estamos em conjunto na defesa da cidade de Ponta Grossa assinando, aqui, uma emenda para ser apresentada nesse projeto que o Governador Requião encaminhou a esta Casa, para que possamos desta forma defender os Campos Gerais, defender a cidade de Ponta Grossa, para que possamos desta forma criar também através desta emenda a Região Metropolitana de Ponta Grossa abrangendo todos os municípios que compõem aquela região. Esse é nosso papel.

Esperamos desde já ter o apoio da Comissão de Constituição e Justiça, de todos os seus integrantes, ter o apoio de todos os Deputados em Plenário, ter o apoio do relator deste projeto naquela Comissão que é o Deputado Antônio Anibelli, para que possamos dessa forma levar um benefício, que é a região metropolitana. E que através dela nós teremos ações concretas para podermos de uma forma tal ajudarmos a todos os municípios dos Campos Gerais, em especial a cidade de Ponta Grossa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Queria aproveitar a presença do Rafael Iatauro representando o Governo. Queria fazer uma Questão de Ordem aproveitando o nosso Secretário da Casa Civil.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Ele não vai poder responder para V. Exa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)
Mas V. Exa. pode.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Mas não posso falar por ele.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)
Nós estamos votando diversos projetos e eu quero votar a favor desses cargos, mas vou me negar a votar e me pronunciar contrário, se não vier aquele projeto que combinamos aqui e tem a sua palavra, Sr. Presidente. Eu acredito em V. Exa. e os demais Deputados deram a palavra aqui, que o Governo mandaria...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
V. Exa. não é Vice-Líder do Governo?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)
Não não sou. Faz tempo, faz muito tempo. Com a presença do nosso Chefe da Casa Civil, foi um compromisso assumido aqui com essa Casa, quando votamos o aumento dos Procuradores, que esse projeto viria. São onze Procuradores que serão enquadrados, de Maringá, Londrina e Ponta Grossa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Tem de Jacarezinho também, Deputado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)
Pois é, das faculdades. São só onze. É tão pouquinho em relação a esses cargos que nós vamos criar. Eu pediria ao Governo, representado pelo Dr. Rafael Iatauro, está na Casa Civil esse Projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Não pode ser incluído na pauta de discussão dessa convocação, qualquer outra mensagem, qualquer outro Projeto. Quando se convoca extraordinariamente a Casa, já tem que estabelecer na convocação, os projetos que serão discutidos. Então V. Exa. está fazendo uma colocação que não vai levar a nada, porque nós não temos como incluir, nem se o Governador mandar agora.

Vai ficar para ser discutido na próxima Legislatura.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)
Então não ficamos com aquela palavra de que o Governo promete e não cumpre. Fio de bigode não serve mais.
Obrigado.

O SR. NELSON GARCIA (PSDB) (**Pela Ordem**)
Gostaria de registrar a presença dos Vereadores José Alves, José Carlos e os Procuradores Dr. José das

Graças, Dr. Giovani e os companheiros do Consórcio de Saúde de Umuarama, Wilson Simões e o Ailton.
Obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Pela Ordem**)
Sr. Presidente, manifestação antes de votação. Eu louvo a atitude do Deputado Plauto com a emenda de criação da Região Metropolitana de Ponta Grossa, mas eu não entendo que se possa, por emenda, criar uma região metropolitana, principalmente num período de convocação extraordinária, quando a matéria não faz parte da ordem da convocação. Votarei plenamente...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Só para informação a V. Exa. também que não está na pauta de hoje. Não há motivo para discutirmos hoje essa questão.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)
Eu ouvi a palavra do Deputado Jocelito que está brabo com o pessoal do Governo, que está dizendo que não tem palavra, que não honram o fio de bigode, que quero dizer a ele que o Governo Requião é o Governo que fala, faz e sustenta. Fala muito, faz pouco e sustenta a família do Governo.
Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Pela Ordem**)
Sr. Presidente, agressão desnecessária. Peço que V. Exa. retire dos Anais da Casa. Desnecessária, absolutamente desnecessária.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Concedo a palavra à Liderança da Oposição.
Com a palavra, o Sr. Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI
Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Deputado Scarpellini é como Conhaque Dreher, quanto mais velho, melhor. Quero cumprimentá-lo.
No primeiro item da pauta, poderia fazer o encaminhamento. É um assunto que não deixa de ser importante. Está se encaminhando um projeto que autoriza o Poder Executivo a doar terrenos, áreas onde estão localizadas escolas de 1º grau. Esse projeto é inconstitucional. Nós estamos perdendo mais uma prerrogativa deste Poder, porque a Constituição é clara. A doação pode ser feita, mas a lei tem que ser específica: "Vai ser doado um terreno para União da Vitória, para a construção da escola X ou Y". Agora, estamos fazendo uma lei que ao bel prazer do Governo não vai mais precisar autorização do Poder Legislativo. Não precisa mais da lei específica. Quer dizer, nós já quase fazemos muito pouco e estamos per-

dendo mais um pouco de poder com uma lei inconstitucional. Eu não quero falar sobre isso.

Eu tenho lido aqui na imprensa, de ontem para hoje.

Concedo o aparte ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)

Deputado Rossoni, o senhor acabou de trazer um assunto importante à Assembléia.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Isso mesmo. Obrigado.

O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)

A cidade de Curitiba é uma cidade que se expande, é uma cidade que cresce. Nasce em Curitiba, todo ano, em média trinta mil crianças. O senhor vive em cidades do interior e vive aqui em Curitiba. Nasce trinta mil crianças, significa que, daqui a dois anos eu tenho que ter creche para trinta mil crianças. Dali mais dois anos eu tenho que ter uma escola do ensino fundamental, para as crianças da cidade de Curitiba. Assim é em Curitiba e no resto do Paraná. A cidade de Curitiba e o Governo do Estado do Paraná até hoje, fazem loteamento grande, na cidade de Curitiba, a Prefeitura demarca espaços para ter uma praça, para ter um posto de saúde, para ter algum logradouro público e para ter uma escola municipal.

Pois bem, as crianças depois que atingem uma determinada série, precisam continuar os estudos, no ensino médio. O Governo do Estado não encontra nenhum terreno para poder construir a escola estadual.

Eu acho que o senhor trouxe sem querer - me desculpe a expressão, mas eu acho que talvez seja sem querer - mas é muito bom o que o senhor trouxe para a discussão, porque é importante que o Governo seja chamado a atenção dos municípios através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e o Governo do Estado para que esse planejamento seja feito em conjunto, para que as soluções não sejam soluções sempre as mais atabalhoadas, como estamos vendo essa que o senhor está trazendo em discussão agora no Plenário da Assembléia.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Veja, de forma nenhuma é contra o mérito. Ninguém é contra construir escola de primeiro grau. Agora, porque não aprovar aqui a hora de aprovar um terreno que é do Estado, para construir uma escola. Vão fazer uma lei específica para Foz do Iguaçu, qual é o problema?

Nunca se criou dificuldade nessa Casa, para se criar um projeto desses. Agora o que nós estamos fazendo aqui? Fazendo uma coisa abrangente. Daqui a pouco porque o Secretário Y ou X tem o interesse de doar um terreno não sei porque lá, o que vai acontecer? Ele doou o terreno, amanhã ou depois, não tem mais como reverter isso a hora que for construir uma escola.

Então eu acho que cada caso é um caso. Tem que ter a lei específica. Eu acredito sinceramente que o bom senso deva prevalecer nesse caso. Nós deveríamos retirar esse projeto. Nós temos um compromisso. Nunca Deputado José Maria, nessa Casa foi rejeitado um projeto de doação de um terreno, para a construção de uma escola num determinado município. Agora nós estamos fazendo uma lei aqui que se doa tudo ao bel prazer sem a discussão nessa Casa, sem o representante sabendo o que estava acontecendo. E nós estamos aqui para isso.

Mas, o que eu quero chamar a atenção aqui dos Deputados, é natural, de repente, o assunto é palpitante. Está aqui um projeto de lei do Governo e, só se falou nesta Casa de ontem até hoje, para criar 37 cargos para direção de penitenciária.

Deputado Elio Rusch, não é bem isso. Eu só quero aqui dizer aos Srs. Deputados que no bojo desse projeto está se criando mais seis cargos de Secretarias Especiais. O que dizer com isso? Eu acredito que o Paraná é campeão em Secretarias. O Governo do Paraná, hoje, 24 e quatro Secretarias.

No final do ano passado, foi mandada uma mensagem a esta Casa e foi criada mais uma Secretaria - a Secretaria da Criança - aprovada, por esta Casa. Tem mais nove Secretarias Especiais. Então, 24 Secretarias afins mais a Secretaria da Criança, criada no final do ano, mais nove Secretarias Especiais ($24+1=25+9=34$). Agora, nós estamos criando 37 cargos das penitenciárias onde estão embutidas mais seis secretarias, com os mesmos vencimentos. Então, o Paraná terá, a partir da aprovação dessa lei, somente quarenta Secretarias.

Eu desafio muitos Parlamentares para me citarem os 24 Secretários. Então, quero alertar aos Srs. Parlamentares e quero me posicionar contra. Estou entrando com uma emenda suprimindo a criação dessas seis Secretarias Especiais.

O que são Secretarias Especiais?

Claro que não diz aqui no bojo do projeto que são Secretarias Especiais, mas o valor é o mesmo e são assessores especiais. Se ele ganha como Secretário, tem status de Secretário, o que são?

São Secretarias Especiais.

Senhores, o Paraná vai passar, a partir desta lei, a ter quarenta Secretarias. Nós vamos ter que fazer um curso para lembrar do nome dos quarenta Secretários. Tenho certeza que muitos não conhecem os 25 existentes. Então, tem que ficar muito claro aos Srs. Deputados que nós não estamos criando apenas os cargos do sistema penitenciário - vamos parar com essa estória - nós estamos criando mais seis cargos especiais com status de Secretário, como se fossem Secretários Especiais.

Teremos, entre Secretários afins e Secretarias Especiais, quarenta Secretarias no Governo do Estado do Paraná. Isso não terá o meu voto e espero contar com o apoio dos Srs. Parlamentares.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Liderança do Governo.

(**Declina**)

Nós tínhamos feito um entendimento com o Presidente da Comissão de Finanças que suspenderíamos a Sessão por trinta minutos, porém, o Deputado Elio Rusch veio, aqui, me colocar que abre mão e que gostaria que colocássemos em votação o requerimento que transforma em Comissão Geral para dar o parecer, não pela constitucionalidade porque a Comissão de Constituição e Justiça já deu, mas pela Comissão de Finanças.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Quero deixar bem claro que se V. Exa. suspender os trabalhos desta Plenária, a Comissão de Finanças vai se reunir pelo prazo que o senhor estipulou para dar o parecer em relação aos projetos, mas eu estava verificando e os projetos não vieram acompanhados pelo impacto financeiro que essa criação dos cargos vai gerar, bem como os outros projetos.

Tenho certeza, Sr. Presidente, se nos reunirmos na Comissão de Finanças, algum Deputado poderá questionar qual é o impacto financeiro e, automaticamente, deveremos suspender a Sessão para pedir o impacto financeiro ao Governador. Então, abrimos mão de dar o parecer na Comissão de Finanças e deixamos que a Plenária possa decidir sobre o mérito desses projetos que seriam enviados para a Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o requerimento protocolado no dia de ontem, que transforma em Comissão Geral o Plenário, para a discussão dos projetos que estão na pauta da Ordem do Dia.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB)

Eu gostaria de registrar a presença do Prefeito da Mandaguaiçu, Gargantini, nosso amigo. Muito obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ficam registradas as presenças dos nossos ilustres visitantes.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos votando nesse momento um requerimento transformando esse Plenário em Comissão Geral. Ao fazê-lo estaremos fazendo com que a tramitação desses projetos tramitem com a maior urgência possível. É claro que depende do entendimento do Presidente. Isso, eu compreendo, mas não há necessidade. Há uma convocação dessa Casa do dia 15 ao dia 30 e temos tempo suficiente para votar e,

por isso, me posiciono contrário a isso, porque não há necessidade de votarmos isso aqui em plenário, sem que as comissões tenham os seus devidos pareceres.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Assinei o requerimento para transformar em Comissão Geral, porque acho justo e importante para o Parlamento, para dar rapidez a algum projeto que é de interesse. Fiquei abismado com o que ouvi do Deputado Elio Rusch, aqui. Fazemos lei, fomos mandados pelo povo aqui para fazer leis. Se não cumprirmos a lei, não podemos mais ser Deputados e ir embora.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não estou entendendo a colocação de V. Exa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Vou lhe explicar.

O Deputado Elio Rusch disse aqui - ele é o Presidente da Comissão de Finanças - que os projetos que votaremos agora, em Comissão Geral, não vêm acompanhados com o impacto financeiro. Se isso é verdade estamos confessando um crime antes de votar. Não é justo que votemos algo que tenha a ver com cargos, se o Governo não encaminhou o projeto como deveria vir. Está na Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que tem que vir o impacto financeiro. Então, não tem o que votar. Ou o Deputado Elio Rusch está cometendo um equívoco, aqui, ao dizer diante de todo o povo do Paraná, que não veio o impacto.

Consulto a V. Exa. e se for verdade, eu pediria que retirasse e solicitasse ao Governo que mande para cá o que determina a lei, senão votarei contra.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Na realidade o impacto financeiro teria de vir relativo ao Item 5º. Os demais não há a necessidade de vir o impacto financeiro.

Consulto ao Líder do Governo se poderíamos retirar esse projeto da pauta para o dia de amanhã.

No nosso entendimento retiramos o Item 5º da pauta de hoje e vamos aguardar até amanhã o encaminhamento do impacto financeiro.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, Pela Ordem?

(**Assentimento**)

Era exatamente o que eu iria sugerir. Já que as Sessões irão com toda a certeza até a semana que vem - depois vamos discutir o item que cria os cargos - que seja retirada da pauta e esperamos que o Governo encaminhe com o impacto financeiro. Embora tenhamos visto a boa vontade do Deputado Dobrandino, que veio mostrar para nós o valor que representa cada cargo criado, mas não especifica o que isso representa na folha de pagamento e

quanto isso representa em relação a receita tributária corrente líquida do Estado. Isso deveria ter vindo acompanhado e não veio.

Então, acho que se tirarmos esse projeto por uma Sessão e votarmos no dia de amanhã e também transformarmos, então, a Plenária em Comissão Geral no dia de amanhã, sem problema nenhum Deputado Dobrandino!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Então, no entendimento nós retiramos da Ordem do Dia o Item nº 05.

Está em votação o Requerimento nº 001, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana com apoio dos Srs. Deputados Jocelito Canto, André Vargas, Natálio Stica e demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitação a transformação da Sessão Ordinária de 16.01.07 em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 286/05, 297/06, 425, 430, 436, 567, 572/06, 001, 002 e 003/07, da Proposição nº 098/06 e Proposição de Veto nº 001/07. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Gostaria, Sr. Presidente, que registrasse meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado o voto contrário de V. Exa.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 014/07 de autoria do Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, solicitando as necessárias providências para que seja retirado de pauta o Projeto de Lei nº 286/05, por perda de objeto. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 297/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 046/06, que autoriza o Poder Executivo a doar aos municípios, imóveis de pro-

priedade do Estado do Paraná, que estejam ocupados por estabelecimentos municipais de ensino de 1º Grau, municipalizados mediante convênio. SEM PARECER. (**Publ. no DA nº 059/06, de 29.05.06, em Mensagens**).

Solicito ao Deputado José Maria Ferreira para que possa dar o Parecer Financeiro, apesar que poderíamos dispensar, porque é doação de imóveis. Vamos levar já a votação e não há necessidade de passar pela Comissão de Finanças.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu apenas, Sr. Presidente, gostaria de encaminhar esse projeto, porque é um assunto que me referi da tribuna e vou tentar novamente convencer o Líder do Governo no meu encaminhamento.

(**Assentimento**)

Recebi o aparte com alegria do Deputado Vanhoni e estamos votando o projeto que há pouco me referi da tribuna. E vejam que não é nenhum “bicho de sete cabeças”, mas estamos autorizando o Governo a doar terrenos do Estado para a construção de escolas municipais de 1º grau. Mas, a Constituição é clara e exige que a lei seja específica, para entrar naquela questão que o Deputado Vanhoni falou. Porque quem conhece a realidade da situação local do município de Foz do Iguaçu, que é exemplo do Deputado Dobrandino, os parlamentares ou o Secretário de Educação do município. Agora, se aprovarmos essa lei, o dia que forem doar um terreno em Londrina, não vai passar por esta Casa e ao não passar por esta Casa, poderá se cometer uma injustiça, porque quem estará decidindo é apenas o Executivo e o Legislativo vai ficar cerceado de votar esse projeto, de votar essa doação.

Quer dizer, não estou discutindo o mérito. Ninguém é contra a construção de escolas! Agora, qual o mal que faz a esta Casa a hora que o município precisar de um terreno do Estado, apresentar um projeto nesta Casa, aí o Estado manda uma justificativa e aí o Deputado terá conhecimento e o Deputado vai ver se é aquela real situação. Agora, estamos votando aqui um pacote e autorizamos para o resto da vida ou aprovamos um projeto amanhã ou depois, restabelecendo o que nós estamos querendo aqui ou estamos estabelecendo aqui que o Governo do Paraná poderá doar terreno sem autorização da Assembléia, sem lei específica e a Constituição exige que para doar os terrenos, é obrigado a cada doação uma lei específica.

Por essa razão, quero ficar com a minha consciência tranquila e dizer aqui aos Srs. Deputados que pedi ao Líder do Governo que retirasse esse projeto da pauta, mas não fui convincente o suficiente, mas quero ficar tranquilo, porque amanhã ou depois essa lei vai se voltar contra os próprios Parlamentares. De repente o Parlamentar vai chegar em uma realidade, porque hoje os Deputados que estão aprovando são Governo e amanhã poderão não ser. Não quero nem julgar o atual governo, mas amanhã poderá ter um Secretário da Educação que não tenha

conhecimento da realidade lá em Guaratuba, Deputado Nelson Justus, e vai doar um terreno que V. Exa. acha que não pode, porque tem um outro terreno mais apropriado, um terreno melhor localizado. Esse poder que nós constitucionalmente temos, nós estamos abrindo mão aqui e em uma lei inconstitucional. Se não ganharmos aqui no voto - que acho difícil ganhar no voto - vamos ganhar na Justiça, porque nós não podemos abrir mão do que constitucionalmente é nosso direito.

O SR. CHICO NOROESTE (PL)

Deputado Valdir Rossoni, só para dizer aqui que está dizendo aqueles que já estão ocupados, ou seja, aqueles que já existem escolas.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas a Constituição, Deputado, gostaria que V. Exa. lesse a Constituição.

O SR. CHICO NOROESTE (PL)

Só para esclarecer que não é uma regra geral.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

A Constituição é clara. Cada caso é um caso, cada caso tem que ter uma lei específica. Por essa razão, voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em discussão. Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Para encaminhar, Sr. Presidente.
(**Assentimento**)

Deputado Hermas Brandão, acho que o Deputado Valdir Rossoni levanta uma questão muito importante e a Assembleia Legislativa não pode passar despercebida e aprovar a lei da forma como veio à Assembleia. Caso percamos na 1ª votação, com toda certeza iremos apresentar emenda na 2ª votação. Acho que na Assembleia Legislativa temos que pensar sempre no futuro. Quem é vitrine hoje, poderá ser estilingue no dia de amanhã, e quem é estilingue hoje, poderá se tornar vitrine no dia de amanhã.

Então, nós temos que fazer uma lei específica, que possa atender os interesses do Governo do Estado e nós não queremos de forma alguma atrapalhar a administração e muito menos quando se fala em educação no nosso Estado do Paraná. O Deputado Chico Noroeste também levantou uma questão muito importante, que aqui inclusive diz no corpo da lei: “para os terrenos que estejam ocupados”. E para mim, no meu entender, ocupados é que estejam ocupados agora e não que venham a ser ocupados.

Então, ora! O Governo do Estado deve ter posse e deve ser de seu conhecimento os terrenos, os imóveis ocupados de propriedade do Governo do Estado com escolas fundamentais de primeira a quarta série e que tenham devidamente o convênio com o Governo do Estado como forma de lei, deve ter a relação disso aí.

Se ao Governo é difícil enviar essa relação e se perdermos no voto na primeira votação, em relação a constitucionalidade, nós poderemos corrigir isso aqui na 2ª votação, no mérito. Aí, nós precisamos, lógico, a compreensão da Bancada do Governo, que tem a maioria aqui na Assembleia. Quando falamos “os terrenos ocupados”, nós estamos falando dos terrenos que estejam ocupados até o presente momento, mas futuramente que seja então enviado projeto para cada doação. Nós podemos resolver isso! Mas, muito mais fácil e apelamos ao entendimento da Liderança do Governo, porque acredito que o Governo deve ter a sua relação e está aqui o Chefe da Casa Civil, que está acompanhando a Sessão de hoje, o que para nós é uma alegria muito grande, mas com toda certeza deve ter uma relação dos terrenos do Estado que estejam ocupados por construção de escolas no interior do Estado. Mandem a relação para cá e tudo bem, nós vamos resolver, vamos adequar isso na 2ª votação. Não queremos atrapalhar, em absoluto, e muito mais ainda quando se fala em questão da educação.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, eu acho que esse projeto de lei do Governo, na verdade, vem legalizar uma situação que incomoda muitos Prefeitos do Paraná. Eu conheço na minha região muitas escolas, por exemplo, que o terreno é do Governo e a construção da Prefeitura, e às vezes o Prefeito está impedido pela lei de investir em cima do terreno. Então, nada mais justo e, olha, até simpático, o Governo não estava olhando cor partidária. Têm imóveis destes que o Prefeito não é do nosso partido, do partido do Governador. Então, o Governador está deixando de lado o interesse político e está olhando o interesse público. Eu acho que a intenção e o mérito são bons e por isso eu peço que a Base de Apoio do Governo vote pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em discussão. Encerrada a discussão.

Em votação. Srs. Deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Voto contrário dos Deputados: Chico Noroeste, Valdir Rossoni, Scarpellini e Barbosa Neto.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 430/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que concede redução de base de cálculo do imposto nas operações que especifica e adota outras providências sobre o tributo. **SEM PARECER. (Publ. no DA nº 089/06, de 21.08.06, em Projetos de Lei). Aprovado.**

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para registrar o nosso voto contrário ao projeto, o projeto passado, o de criação de cargos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas, não foi criado...
Criação de cargos?

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

O que o Deputado Valdir Rossoni estava defendendo, dois projetos atrás, por favor.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas, não é de criação de cargos, nobre Deputado, é de doação de terrenos.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Então é esse, Sr. Presidente, desculpe-me, eu estava enganado, porque o outro eu também sou contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está bem.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 436/06, de autoria do Ministério Público do Paraná - Ofício nº 1614/06, que dispõe sobre a criação da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Paraná, regulamenta a indicação e escolha do Ouvidor e dá outras providências. SEM PARECER. (Publ. no DA nº 091/06, de 22.08.06, em Ofícios).

Em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Parecer, Sr. Presidente, estamos sem parecer.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tem o parecer já da Comissão de Constituição e Justiça, nobre Deputado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Cria cargos ou não, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu solicitarei ao nobre Deputado Nereu Moura - 1º Secretário, a leitura do parecer da CCJ.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pois não, muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós vamos votar a constitucionalidade, nobre Deputado, depois será encaminhado à Comissão de Finanças.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu só tenho uma dúvida, Sr. Presidente, se há criação de cargos nesse...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não, não se cria cargos.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não se cria cargos, está criando a função de Ouvidor dentro do Quadro de Promotores do Ministério Público.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas, terá remuneração?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não, a remuneração que já tem.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar essa matéria, até mesmo antes de ler, se V. Exa. me permitir.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. não quer ouvir primeiro o parecer da CCJ?

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

(Lê):

“COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 436/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em tela tem como escopo a criação da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Paraná, regulamentando forma de escolha do Ouvidor e dando outras providências.

Constitucionalidade e Legalidade

A competência para a criação do órgão objeto do projeto em tela foi concedido pela Emenda Constitucional 45, de 08 de dezembro de 2004, que, dentre outras alterações, insere o artigo 130-A, com o seguinte texto:

Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo;

(...)

§ 5º Leis da União e dos Estados criarão ouvidorias do Ministério Público, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Ademais, no que se refere à iniciativa da matéria trazida no bojo do projeto, a Constituição do Estado do

Paraná indica a legitimidade do autor, segundo o seguinte ditame:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Como o projeto de lei em tela não prevê gastos suplementares com a criação do pretendido órgão, não se faz necessário a apresentação de planilha de gastos nem aval das Secretarias de Estado, estando plenamente de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/00.

Quanto à técnica legislativa, guiada pela Lei Complementar nº 95/98, percebe-se um único óbice, na forma ilegal pela qual foi disposta a cláusula de revogação de forma genérica, não atendendo ao mandamento da lei de boa técnica legislativa:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Diante dessa ilegalidade, propomos uma emenda supressiva, em anexo, na forma autorizada pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Conclusão

Portanto, em sede de parecer, e desde que acolhida a emenda em anexo, esta comissão opina pela aprovação do projeto de lei ora apresentado.

Sala das Comissões, em 16.01.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, estou pensando em escrever um livro, vou usar uma palavra bem popular aqui, eu estou com tesão de escrever um livro sobre os Poderes do Paraná. Realmente estou com uma vontade imensa de fazer um livro depois que sair, ou até mesmo se continuar nessa Casa.

Agora, o que eu acabo de ouvir aqui, lido pelo nobre Secretário Nereu Moura, eu vejo aqui o Ministério Público do Paraná que se diz perfeito, que acusa os Prefeitos, se o Prefeito esquecer uma linha é motivo de ação, se um membro esquecer alguma coisa é motivo de representação contra aquele Prefeito. E agora, Sr. Presidente, eu vejo aqui que o Poder Legislativo, que a Comissão de Justiça se viu obrigada a salvar um projeto enviado pelo Ministério Público que veio de forma errada! Pelo menos foi o que eu entendi na leitura do Deputado Nereu Moura, o Ministério Público do Paraná, guardião das leis manda um projeto inconstitucional para essa Casa! Manda um projeto ilegal! Com que moral esse Ministério Público cobra os políticos do Paraná? Com que moral, Deputado Scarpellini? Eu acabei de ver uma pérola do Ministério Público! O Ministério Público manda um projeto para esta Casa, ilegal, e que a CCJ se obriga a fazer um substitutivo legal para salvar o projeto do Ministério

Público! Vejam que pérola, senhores, esse é o Ministério Público do Paraná que faz ações pequeninhas contra os pequenos Prefeitos do interior judiados, massacrados. Também como o Tribunal de Contas faz isso, judia dos pobres dos Prefeitos do interior, desaprova as contas dos Prefeitos do interior, daí aprova as contas do Governo do Estado. Aprova as contas que não cumpriu com a Educação. Está, aqui, o professor Lemos, vi ele aqui dizendo que o Estado não cumpriu o Constitucional da Educação. Lembro, professor Lemos, que o Estado do Paraná aprovou sempre as contas mesmo, o Tribunal de Contas aprovou sempre as contas do Governo Estadual mesmo não cumprindo a Educação. E quando é um Prefeito do interior, eles deceparam a cabeça deles e mandam desaprove as contas nas Câmaras, mandam com indicativo, desaprovem as contas do Prefeito, para a Câmara. Então o Ministério Público do Paraná, senhores da imprensa, publiquem isso amanhã, não deixem de publicar essa pérola do Ministério Público, que o Ministério Público mandou um projeto inconstitucional a esta Casa e que a CCJ salvou.

Gostaria de consultar o Presidente se é legal nós fazermos esse substitutivo. Legal acho até que é porque passou pela CCJ.

Deputado Rafael Greca, V. Exa. que também já foi perseguido pelo Ministério Público, mas que não reclama, como bom cabritinho fica quieto, eu já sou um cabritão que esperneio bastante. Queria dizer a V. Exa. que eu queria parabenizar o Ministério Público. Parabéns ao Ministério Público, porque o Ministério Público mandou um projeto ilegal para esta Casa e foi salvo pela Comissão de Justiça desta Casa.

Então, os nossos famosos procuradores que acham as vezes uma vírgula na lei para ferrar um político, manda projetos ilegais para esta Casa e nós acertamos o projeto para poder valer. É algo que é até bom, esse projeto é bom para o Paraná, ele é bom sim. Vou votar a favor, porque o Legislativo, a CCJ salvou a pele do Ministério Público.

Ando preocupado, porque recentemente vi o nosso Governador dizer que fez um ajuste de conduta com o Ministério Público. Olha, Sr. Presidente, se eu sobreviver a essa degola que vem por aí, o ano que vêm, não estou morto ainda, estou na UTI, aos 44 do 2º tempo pode ter prorrogação ainda. Mas se eu sobreviver, ano que vem vou querer saber dessa história do Ministério Público. Vou querer saber dessa história que o Ministério Público gastou além do orçamento e que o Governador fez um ajuste de conduta. Ajuste de conduta o que é? É que a conduta não estava certa. Agora, quando um Prefeito faz alguma coisa errada não tem ajuste de conduta, tem ação na justiça, tem que pagar advogado tem que agüentar a imprensa. Aí não tem ajuste. Agora o Ministério Público fez um ajuste de conduta e o Governador disse que passou o que não podia passar. Ano que vem, se eu sobreviver a essa grande quantidade de coisas que vêm por aí e o companheirismo de alguns amigos, terei de questionar

esta questão. E quero pedir ao Ministério Público também se ele vai investigar outras denúncias que estão por aí e que afetam outros poderes.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Vi, aqui, o clamor do Deputado Jocelito. E ele está realmente aflito por saber se ele vai resistir aos “neivos” dias, aliás, aos novos dias que estão por chegar e ele está tão inspirado com relação aos promotores, Deputado Neivo Beraldin, que disse a bom som a esta Casa, que é vontade sua, escrever um livro. Eu quero me colocar à disposição para prefaciá-lo esse livro, fazer a “orelha” do livro do nosso Deputado da capital.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado, estávamos encaminhando o projeto.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Não, não vou falar sobre os promotores.

Com relação ao acordo feito pelo Governador com os Promotores Públicos, eu não sei se estão incluídos os Promotores da PIC que investigaram as escutas clandestinas do Raserá, Deputado Jocelito? Não sabe me informar, Jocelito, se os Promotores da PIC estão nesse também?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não sei.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Nessa conduta que o governo teve, nova. Eu quero dizer que a criação desse cargo realmente é importante porque nós vamos ter onde levar uma denúncia, onde pedir uma fiscalização, assim como vem um cidadão aqui na Assembleia e traz uma faixa contra os Deputados, nós vamos poder ir lá na Ouvidoria, se bem que nós já temos a Corregedoria do Ministério Público que está lá para receber denúncias e tomar medidas com relação à sua Corporação. Vamos votar favorável para que melhore ainda mais os ouvidos do Ministério Público, para que, através desses ouvidos, a Corregedoria possa atuar melhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em discussão.

Antes de iniciarmos o processo de votação, a Deputada Elza Correia dará o parecer conforme requerimento aprovado, que transforma em Comissão Geral. Já foi dado o parecer da CCJ. V. Exa. dará em relação à Comissão de Finanças.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Pois não, Sr. Presidente.

Estamos com o parecer do Projeto nº 436/06.

É o seguinte o parecer:

(**Lê**):

**PARECER DE PLENÁRIO PELA
COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 436/06**

P A R E C E R :

Apresentação

O Projeto de Lei nº 436/06, em análise, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná, objetiva regulamentar a indicação e escolha do Ouvidor e dá outras providências.

Fundamentação

Esta Comissão chamada a se pronunciar, através desta relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação.

Conclusão

Diante do exposto, manifestamos parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.01.07.

(a) ELZA CORREIA - Relatora

É o parecer da Sala de Comissões, embora sendo só a indicação da criação do Ouvidor, eu não sei se precisaria do parecer orçamentário. Precisaria? Na verdade, não se trata de impacto, não é?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não, não há. É dentro do próprio Quadro de Funcionários do Ministério Público.

Em votação o parecer. **Aprovado.**

Em discussão o projeto. Em votação. **Aprovado.**

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 572/06, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que dispõe sobre a proibição de bebidas alcoólicas em ônibus, transporte coletivo urbano, interurbano e similares. **SEM PARECER. (Publ. no DA nº 140/06, de 06.12.06, em Projetos de Lei).**

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sr. Presidente e Srs. Deputados, sou autor desse projeto que proíbe o consumo e o porte de bebidas alcoólicas em vidros expostos e abertos em coletivos usados para o transporte quer urbano ou intermunicipal, no Paraná. Quero pedir o apoio e os votos dos colegas, aqui da Assembleia Legislativa.

Eu fui autor de uma lei em 1987, que restringia o uso do cigarro no Paraná. Essa lei depois serviu para que nós levássemos ao Ministro Borges da Silva, que era Ministro da Saúde e ao Ministro Antonio Carlos Magalhães, que era Ministro da Comunicação, do Governo Sarney, para que nós tivéssemos no Brasil, as restrições e

as advertências do mal que o cigarro faz, nas carteiras de cigarro. Com as fotografias, com as advertências. Isso foi levado à Brasília, ao Ministro Borges da Silveira e ao Ministro Antonio Carlos Magalhães, por mim, Deputado Estadual, há época juntamente com o Governador Álvaro Dias em audiências especiais nos dois Ministérios.

Hoje nós temos no Brasil, com a implantação disso, a advertência nos maços de cigarros, e, esta lei que nós estamos para votar aqui hoje, vai proibir, por exemplo: no mês de novembro eu tomei um ônibus, o expresso que faz Santa Cândida ao Pinheirinho, e um grupo de jovens embriagados dentro do ônibus, com uma garrafa de batidinha de amendoim estavam a praticar uma verdadeira desordem. Eu fui conversar com o motorista, ele me disse que isso era sempre assim, que grupos de jovens se formavam e praticavam a baderna, embriagados e que não tinha o que fazer. Vim aqui para a Assembléia em seguida, e fizemos essa proposta que aí está. Em ônibus, em vans, em transportes escolares. Enfim, não é concebível que meia dúzia de anarquistas drogados pelo álcool venham a ocasionar um verdadeiro terror dentro dos ônibus e dentro dos meios usados para o transporte coletivo.

Então era esse o nosso projeto, que aí está para ser votado e que vai servir também como referência, como um exemplo, para que nós possamos começar a discutir aqui, no Paraná e no Brasil, a embriaguez precoce da nossa raça humana. Os nossos jovens estão começando na bebida cada vez mais cedo e isso vem a diminuir a qualidade de vida e vem a diminuir a inteligência do ser humano.

Então é para começar essa discussão que acho esse projeto importante, que aprovado, abra dentro da sociedade mais um canal de discussão sobre a bebida precoce, que vem tomando conta da nossa juventude e das nossas crianças também. Porque é comum você ver muitas vezes em algum lugar, uma criança com dez anos, já tomando um gole de cerveja, muitas vezes até acompanhado dos próprios pais.

Portanto, Sr. Presidente, são essas as nossas colocações com relação a esse projeto de lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 069/06, que objetiva criar 37 (trinta e sete) cargos de provimento em comissão de Diretores Gerais de Penitenciárias. SEM PARECER. (**Publ. no DA nº 156/06, de 15.01.07, em Mensagens**).

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 010, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia. **Aprovado.**

Voltará para a pauta no dia de amanhã.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 001/07, que objetiva extinguir a Fundepar, ISEP e o DECOM, conforme especifica. SEM PARECER. (**Publ. no DA nº 156/06, de 15.01.07, em Mensagens**).

Há necessidade do parecer da Comissão de Finanças. E designo o Deputado Vanderlei Iensen para dar o parecer. Este projeto já possui parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 002/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em questão tem como objetivo extinguir o Instituto de Departamento Educacional do Paraná - Fundepar, o Instituto de Saúde do Paraná - ISEP e o Desenvolvimento Estadual de Construção de Obras e Manutenção - DECOM. Todas as atribuições, servidores, cargos, dotações orçamentárias, créditos, receitas e patrimônios, serão transferidos ao âmbito administrativo da Secretaria de Estado da Educação - SEED, à Secretaria de Estado da Saúde - SESA e à Secretaria de Estado de Obras Públicas - SEOP, respectivamente.

Fundamentação

Vejamos o que preceitua a Constituição Estadual:

Art. 66. Ressalvando o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Quanto à técnica legislativa, o projeto não está em conformidade com os requisitos do artigo 9º da Lei Complementar nº 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas da vida paranaense.

Conclusão

Portanto, fica claro a competência do Governador do Estado para extinguir as entidades fundacionais e autárquicas da administração indireta do Poder Executivo Estadual.

Em sede de parecer, esta comissão opina pela aprovação do projeto de lei, desde que adotada a emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 16.01.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB)

Sr. Presidente, com relação ao Projeto de Lei nº 002/07, esta Relatoria vem se manifestar, de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa.

Verificamos não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Trata-se de proposição que objetiva extinguir entidades fundacionais, autárquicas da administração indireta do Poder Executivo Estadual. Diante do exposto, manifestamos parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em discussão o parecer.

PARECER DE PLENÁRIO PELA COMISSÃO DE
FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 02/07

P A R E C E R :

Apresentação

O Projeto de Lei nº 02/07, em análise, de autoria do Poder Executivo, objetiva extinguir entidades fundacionais e autárquicas da administração indireta do Poder Executivo Estadual.

Fundamentação

Esta Comissão instigada a se pronunciar, através desta relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Trata-se de proposição que objetiva extinguir entidades fundacionais e autárquicas da administração indireta do Poder Executivo Estadual.

Conclusão

Diante do exposto, manifestamos parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.01.07.

(a) VANDERLEI IENSEN - Relator

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Para discutir, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Deputado Vanderlei Iensen, eu estava olhando, rapidamente, agora, o projeto e gostaria da atenção do Líder do Governo, Deputado Dobrandino da Silva.

No artigo 4º da mesma lei diz o seguinte: *fica o Poder Executivo Estadual autorizado a expedir nos atos necessários à incorporação dessas entidades pela emissão direta, para que no prazo máximo de sessenta dias, contados da publicação da presente lei, sejam readequados atos organizacionais às denominações e o remanejamento dos cargos de provimento em comissão, as dotações orçamentárias do exercício 2007 e os ajustes administrativos orçamentários no que se refere aos*

órgãos e às entidades atingidas pela presente disposição legal.

Nós estávamos conversando com alguns Deputado da Base do Governo em relação à extinção da Fundepar e outras entidades, uma vez que essas entidades já estão vinculadas diretamente à Secretaria. Com toda honestidade, não tenho maior juízo, mas se o Governador entende que a Secretaria de Educação pode se transformar em uma super secretaria, embora que a Fundepar já esteja vinculada à Secretaria de Educação, também que a Secretaria de Educação tenha condições de arcar com toda a carga administrativa e decidir sobre a construção ou não de algumas escolas, uma vez que o próprio projeto não extingue nenhum cargo apenas transfere para Secretarias afins onde estejam vinculadas às administrações.

Deputado Dobrandino, o parágrafo único do mesmo artigo diz o seguinte: *para implementação do disposto no caput desse artigo fica autorizada a expedição de decretos regulamentares.* Corretíssimo! Agora, o que eu acho que deveríamos retirar é que *fica autorizado o Governo do Estado do Paraná, através desta lei, a abertura de créditos adicionais.* Acho que aí estamos tirando o poder da Assembléia.

Acho que temos que suprir exatamente essa linha. Permanece o parágrafo único para que o Governo possa adequar administrativamente toda extinção dessas entidades junto às Secretarias, mas a Assembléia não dá autorização para abertura de créditos adicionais, de acordo com esta lei. Quando o Governador precisa de um crédito adicional para resolver essas questões, ele manda um projeto específico para Assembléia.

Acho que nós vamos atender aquilo que o Governo, efetivamente, quer, mas não precisamos dar esse cheque em branco, Deputado Dobrandino. É uma prerrogativa da Assembléia Legislativa de legislar sobre abertura de créditos adicionais. Acho que não precisaríamos dar isso.

Vamos concordar com o Governo no caso da extinção, se ele acha que deve extinguir para o bom andamento da administração na questão pública. Vamos concordar, mas não autorizar o Governador, na mesma lei, de abrir créditos adicionais sem aprovação da Assembléia Legislativa.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Concordo com V. Exa.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, então, conforme a Liderança do Governo, fica acrescido no parecer do Deputado Vanderlei Iensen que ficam suprimidas algumas palavras no parágrafo único do artigo 4º, que devem ser corrigidas.

Ficaria no parágrafo único apenas a seguinte posição: *para implementação do disposto no caput deste artigo fica autorizada a expedição de créditos regula-*

mentares. Isso retira. Então, fica acrescido isso e nós concordamos.

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB)

Corrigindo o parecer, Sr. Presidente, nós concordamos e retiramos esse final: *ou de abertura de créditos adicionais decorrentes dessa lei*.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O senhor não vai retirar, o senhor vai incluir no parecer de V. Exa.

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB)

Muito importante sua observação.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

O parecer fica: *altera o parágrafo único suprimindo-se os créditos adicionais*.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em discussão o parecer. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Em discussão o projeto. Deputado que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 003/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/07, que objetiva instituir a Região Metropolitana de Cascavel, constituída pelos municípios que especifica. SEM PARECER. (Publ. no DA nº 158, de 17/01/07, em Mensagens).

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 007, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) Sessões do Projeto de Lei Complementar nº 003/07.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 098/06, Proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Deputado Geraldo Cartário e outros, que revoga o artigo 8º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná. SEM PARECER. (Publ. em Avulso de 14/12/06).

Sobre a referida proposição, Requerimento nº 012, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, com apoio dos Srs. Deputados Padre Paulo Campos, Ratinho Júnior, Marcos Isfer e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões da Proposição nº 098/06.

Discussão Única (Proposições)

ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 001/07, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 487/06, que estima a receita e fixa e despesa para o Exercício Financeiro de 2007. SEM PARECER.

OF/CTL/CC nº 345/06

Curitiba, 22 de dezembro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 489/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 487/06, por julgar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público, porque ferem os artigos 163 e seguintes da Magna Carta, os artigos 133 e seguintes da Constituição Estadual e, ainda, dispositivos da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000. Os vetos parciais recaíram sobre os parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do artigo 23, e aos artigos 29, 30, 31, 32, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45 e 46, pelas razões a seguir apresentadas, resultantes de análise feita pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, *in verbis*:

“Parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do artigo 23 porque a soma de recursos previstos para as programações constantes destes parágrafos, ultrapassa a previsão de Superávit Financeiro do Serviço de Loteria do Estado do Paraná - Serlopar, a ser apurado no Balanço Patrimonial de 2006. Salientamos ainda que a forma prevista no *caput* do artigo 23, não inviabiliza a realização de programações na Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, apenas não determina montantes que não poderão ser cumpridos e também proporciona maior flexibilidade para a alocação em programações que necessitem de priorização de recursos.

O artigo 29 por se tratar de matéria estranha ao Orçamento, já que determina que os servidores do Estado do Paraná, ativos, aposentados e pensionistas, em cumprimento ao disposto no artigo 37, inciso X da Constituição Federal, por ocasião da data base estabelecida pelas Leis 13.666/02 e 9.547/91, terão seus vencimentos, proventos e demais vantagens reajustados, no mínimo e percentual equivalente ao INPC/IBGE acumulados nos últimos doze (12) meses que antecedem à data base dos servidores públicos estaduais. A definição de tal índice pode conflitar com as disponibilidades de receita do Tesouro Estadual. Cabe salientar que esta matéria já é tratada na Constituição Federal em seu artigo 37, inciso X.

O artigo 30 porque determina que as receitas provenientes do Superávit Financeiro do exercício anterior, conforme disposto pelo inciso I, artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, sejam destinadas em percentual mínimo de ses-

senta por cento (60%) para abertura de créditos adicionais, destinados ao financiamento de ações e projetos na área da educação e da saúde pública estadual, decididas no âmbito do respectivo Conselho Estadual, sendo que estas áreas já possuem vinculações constitucionais específicas, tendo inclusive o ensino público sua vinculação ampliada de 25% para 30% para o exercício de 2007.

O artigo 31 porque determina que as receitas provenientes do excesso de arrecadação, conforme disposto pelo inciso II, artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, sejam destinadas em percentual mínimo de setenta por cento (70%) para abertura de créditos adicionais destinados ao pagamento de despesas com pessoal do Quadro Geral do Estado do Paraná, ativos, inativos e pensionistas, decorrentes de reposição do poder aquisitivo dos vencimentos e vantagens, por ocasião da data base dos servidores públicos estaduais. Trata-se de matéria estranha ao Orçamento, cabendo ainda lembrar que existem outras despesas previstas no orçamento, tais como de manutenção, serviços, dívidas, precatórios, investimentos, que ao serem previstas com seis meses antes do início da execução orçamentária, podem estar insuficientemente dotadas e assim como os recursos de pessoal, poderão necessitar de suplementação orçamentária.

Os artigos 32, 39, 40, 42, 43 e 44 porque utilizam como fonte de recursos para implementação as despesas especificadas nos referidos artigos, o excesso de arrecadação da receita de impostos. Salientamos que todo e qualquer excesso de arrecadação desta receita, obedece critérios de vinculações constitucionais e legais, conforme especificação a seguir:

Ensino Público, 12% para Ações e Serviços Públicos de Saúde, 2% para Ciência e Tecnologia e 0,10% para o Fundo Estadual de Cultura;

IRRF = 61,20% de Vinculação (sendo 17,20% aos Outros Poderes, 30% ao Ensino Público, 12% para Ações e Serviços Públicos de Saúde e 2% para Ciência e Tecnologia);

IPVA = 80,60% de Vinculação (sendo 50% aos Municípios, 17,20% aos Outros Poderes, 30% ao Ensino Público, 12% para Ações e Serviços Públicos de saúde e 2% para Ciência e Tecnologia);

ITCMD = 61,20% de Vinculação (sendo 17,20% aos Outros Poderes, 30% ao Ensino Público, 12% para Ações e Serviços Públicos de Saúde e 2% para Ciência e Tecnologia). Assim é imprudente fixar montantes de recursos para novas despesas, em decorrência de um suposto excesso de arrecadação de receitas de impostos, sem considerar toda a carga de vinculações que recai sobre estas receitas.

O artigo 36 porque primeiramente os recursos do projeto 1.187 se referem à integralização de capital que o Estado faz para a Cohapar para cumprir as programações dos projetos, 1.864 - Casa da Família - Habitação Urbana, 1.865 - Casa da Família - Habitação Rural e 1.866 - Casa da Família - Habitação Indígena. Os demais recursos do projeto 1.187, correspondentes a Fonte 100, e

que não aparecem no Orçamento de Investimento da Cohapar, destinam-se ao pagamento da dívida desta empresa junto ao Banco do Brasil.

O artigo 38 porque o seu conteúdo determina que parte dos recursos previstos na Reserva de Contingência sejam utilizados para ações programáticas, o que contraria a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, no inciso III, do artigo 5º, onde no item b) determina que a Reserva de Contingência deve ser utilizada para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

O artigo 41 porque determina cancelamento de dotações da atividade 2.270 - Administração do Museu Oscar Niemeyer - MON, para atender a programação definida no *caput* do artigo, sendo que esta atividade já teve um cancelamento significativo no anexo X, determinando assim um corte total na atividade, de 23,88%. Este corte inviabiliza a administração do Museu Oscar Niemeyer.

O artigo 45 porque determina que despesas com o Hospital Militar, com o Serviço de Assistência à Saúde do Servidor - SAS, com Saneamento pelo Paranasan e Ensino nos Hospitais Universitários, não sejam incluídas no percentual de 12% destinado à Ações e Serviços de servidores públicos e seus familiares, diminuindo a demanda no Sistema Único de Saúde - SUS, beneficiando conseqüentemente toda a população, pois descongestiona tal sistema. Cabe lembrar também que o custo do SAS é bancado integralmente pelo Tesouro Estadual. Com relação às despesas do Paranasan, informamos que a origem dos recursos destinados ao saneamento é empréstimo, fonte 140 - Operação de Crédito Externa - Saneamento Ambiental - Paranasan/JBIC, cujos encargos decorrentes, juros e amortização, são de responsabilidade do Estado e os pagamentos são procedidos com recursos provenientes de impostos. A expectativa média de vida do brasileiro aumentou de 40 anos para 71 anos, no período entre os anos de 1940 a 2005, sendo decorrente em parte da aplicação de recursos em saneamento básico, compreendidos rede de esgotamento sanitário e distribuição de água tratada. Especialistas concordam que a erradicação das doenças da pobreza passa pelo aumento dos investimentos em saneamento básico. Com relação às despesas com o ensino em Hospitais Universitários, informamos que as despesas relativas a ensino, ou seja aquelas classificadas como ensino são expurgadas daquelas classificadas na função saúde e conseqüentemente incluídas no percentual de 12% destinados à Ações e Serviços Públicos de Saúde. Esclarecemos ainda que os recursos aplicados nos Hospitais Universitários para efeito da EC nº 29, são provenientes do Tesouro Estadual, excluídas as transferências do SUS e que estes hospitais atendem a população em geral.

O artigo 46 porque as Ações e Serviços Públicos de Saúde não poderão ser determinadas apenas algumas ações ou grupos a serem atendidos e sem pela totalidade da população a ser atendida. É importante que sejam defi-

nidas em lei complementar as ações consideradas no percentual de vinculação, mas não nos moldes apresentados no artigo 46.

Cabe lembrar ainda que com relação aos artigos 45 e 46, onde são estabelecidas orientações sobre Ações e Serviços Públicos de Saúde, a União tratou tal assunto no exercício de 2006 por meio do estabelecido no artigo 58 da Lei Federal nº 11.178 de 20 de setembro de 2005, que estabelece:

Art. 58. O Orçamento da União incluirá os recursos necessários ao atendimento:

I -...

II - da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000; e

§ 2º Para efeito do inciso II do caput deste artigo, consideram-se como ações e serviços públicos de saúde a totalidade das dotações do Ministério da Saúde, deduzidos os encargos previdenciários da União, os serviços da dívida e despesas financiadas com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e ressalvada disposição em contrário que vier a ser estabelecida pela lei complementar a que se refere o artigo 198, parágrafo 3º da Constituição.

Por último destacamos que no relatório resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, no Demonstrativo das Despesas com saúde, de janeiro a outubro de 2006, são incluídas ações tais como:

- Assistência Hospitalar e Ambulatorial;
- Educação Superior;
- Saneamento Básico Rural;
- Saneamento Básico Urbano;
- Desenvolvimento Científico;
- Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia;
- Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 487/06, encontra-se publicado no DA nº 152/06, de 15.12.06, em, Redação Final).

Sobre a referida proposição, Requerimento nº 009, de autoria do Sr. Deputado André Vargas, constante do expediente, solicitando destaque para discussão e votação do veto apostado aos parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do artigo 23, do Projeto de Lei nº 487/06 - Orçamento para 2007, que fazem parte da Proposição nº 001/07. **Aprovado.**

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Questão de Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento).

Antes de encaminhar, Sr. Presidente, gostaria de saber se a votação dos vetos vai ocorrer de forma artigo por artigo ou se deverá ocorrer de forma global.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os que foram pedidos destaque serão votados separadamente.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Eu entendo, Sr. Presidente, que quando é pedido destaque é para englobar, ou seja, a votação em conjunto dos parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do artigo 23, daí votaríamos o veto ao artigo 29, ao artigo 30, ao 31, não de forma globalizada. Esse entendimento que quero obter de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não recebi nenhum requerimento pedindo que votasse englobado ou votasse isoladamente. Nós vamos tomar essa decisão.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só gostaria de saber se a Mesa recebeu um requerimento feito por este Deputado solicitando destaque para a votação em separado. Caso haja compreensão que nós devemos votar todos os projetos juntos, a votação em separado do veto ao artigo 45.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O item 9º V. Exa. encaminhou um requerimento, agora, que chegou em minhas mãos.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Isso. Que tenhamos daí o veto ao...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Temos prioridade para votação do requerimento do Deputado André Vargas. Posteriormente, será o de V. Exa.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Está bem. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MACOS ISFER (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao tomarmos o cuidado de realizar o orçamento de 2007, procuramos ouvir a sociedade e, mais do que isso, tivemos o cuidado de ouvir as sugestões de todos Srs. Deputados e, naturalmente, na medida da razoabilidade e na medida do interesse público, colocar dentro do orça-

mento determinados artigos que hoje vêm vetados pelo Sr. Governador. É o caso, por exemplo, do que fazer com os recursos que a Serlopar tem e que acabam sobrando. Nós entendemos que por solicitação, à época de diversos Deputados e também da Secretaria de Trabalho, esses recursos deveriam ali ser alocados, preferencialmente, em projetos e programas que os Srs. Deputados entendiam. Por exemplo, o caso da proteção à mulher que está aqui contemplado; das casas família-rural e assim por diante. Então, demos a destinação desses recursos da Serlopar, preferencialmente, a ações previstas pela Secretaria de Trabalho e Geração de Emprego e Renda. Entendíamos, uma vez que a Serlopar foi extinta, lá estariam melhores alocados esses recursos - em alguns momentos se fala em seis milhões. Entendemos que como neste último ano podem chegar perfeitamente aos onze, doze milhões que foram alocados nos programas ali citados.

O artigo 29, de qualquer forma, é a fixação a uma solicitação do fórum dos servidores públicos, a um reajuste mínimo do percentual equivalente ao INPC e IBGE dos últimos doze meses da data-base dos servidores públicos estaduais. Também é algo que permanentemente o fórum dos servidores públicos traz a esta Casa e esta Casa debate e discute e acha que deve sim estar contemplada no orçamento e não é matéria estranha ao orçamento.

Com relação ao artigo 30 que determina que as receitas provenientes de superávits financeiros do exercício anterior, ou seja, desse exercício findo de 2006, todo o superávit que tenha havido seja aplicado, preferencialmente, 60% nas áreas de educação e saúde. Por que isso? Sabemos que para esse ano o Governo do Estado prevê a aplicação na área de educação de 30%.

Entendemos que no ano passado eram 25% e temos visto, sistematicamente, ao ver as contas de Governo serem apreciadas pelo egrégio Tribunal de Contas, que lá são aprovadas com ressalva, porque tanto a área de educação, quanto a área de saúde acabam não contempladas. Na possibilidade de ter havido um superávit nesse ano de 2006, que esses recursos sejam 60% aplicados, preferencialmente, nas áreas de saúde e educação. Perfeitamente legítimo no nosso entendimento e, por isso, fizemos questão de aqui colocar.

Os artigos 32, 39, 40, 42, 43 e 44, utilizam como fonte de recursos para implementar aquelas despesas, que vieram da sociedade, solicitadas, que fosse utilizado o excesso de arrecadação da receita. Naturalmente, que todos nós sabemos e não haveria necessidade de vir aqui nas razões do veto, que todo o excesso de arrecadação tem algumas destinações. Boa parte vai para os municípios, boa parte tem destinação específica, mas sabemos que é desse recurso que sobra que podemos programar os programas e projetos e, por isso, prevíamos a sua aplicação.

Parece-me que não há porque manter esse veto, uma vez que como os outros ele chove no molhado. Ele,

simplesmente, vem dizer que veta a possibilidade de que sejam feitos e implementados programas e projetos que são reclamos da sociedade e que aqui vieram.

O artigo 36, nós temos aqui uma “pérola”. Diz aqui que os recursos que estão sendo destinados da Cohapar para projetos de habitação, diz que não poderiam ser, porque os recursos correspondentes à Fonte 100 e que não aparecem no orçamento de investimento da Cohapar destinam-se ao pagamento da dívida dessa empresa ao Banco do Brasil. Desculpe-me se a Fonte 100 não pode se destinar a pagamento pura e simplesmente de dívida, a não ser que já estivesse alocado no orçamento da Cohapar para pagamento dessas dívidas junto ao Banco do Brasil. São recursos que estão lá e que podem sim e devem ser destinados, conforme o artigo 36 foi notificado.

Com relação ao artigo 41, ele realmente determina um pequeno cancelamento de algumas dotações do Museu Oscar Niemeyer. Aliás, um museu que merece o elogio de todos e ainda ontem vi o ex-Governador elogiando, vejo o atual Governador elogiando, vejo a população do Paraná elogiando e quero aqui elogiar a boa administração que lá é realizada e o bom trabalho que é feito.

Agora, por outro lado, há um reclamo muito grande da classe artística para que seja implementado um projeto que venha beneficiar o teatro e o cinema paranaense. Então, nós fizemos nada mais do que retirar algo que deve girar em torno de 10% da dotação do Museu Oscar Niemeyer e aqui se fala em 23 e nós temos certeza que não é 23. Deve ficar em torno de 10% para implementar esse projeto, que é um reclamo de toda a classe artística paranaense. De qualquer forma, estaríamos contemplando aqui também dentro da área da cultura, dentro da área do desenvolvimento, do lazer da nossa sociedade cultural paranaense. Então, não vejo por que o veto deveria estar aqui em hipótese alguma.

No artigo 45, quando fala com relação ao Hospital Militar, ao SAS e ao Paranasan, nós ficamos bastante surpresos. Diz aqui que o Hospital Militar e o SAS trazem melhor atendimento a todo o grupo de servidores públicos e seus familiares. Não estamos discutindo isso! Mas, diz por outro lado que isso é bancado integralmente pelo Tesouro Estadual. Não poderia ser diferente, Srs. Deputados, uma vez que é a parte do empregador. A parte do empregador é o SAS, é a manutenção do Hospital da Polícia Militar. É como se nós, nas nossas empresas, nos recusássemos a recolher a parte do empregador.

E diz mais ainda, que a fonte e a origem dos recursos do Paranasan destinados ao saneamento e empréstimos, Fonten 140. ora senhores, se é empréstimo, alguém vai pagar! E se é empréstimo, não é dinheiro de investimento, mas é dinheiro de empréstimo. Então, mais uma razão para não estar dentro da área de saúde.

Então, esse artigo 45, com relação aos Hospitais Universitários, naturalmente que as despesas de ensino não podem ser consideradas como despesas de saúde!

Para isso existem inclusive recursos especiais do Governo Federal para os Hospitais Universitários, para os Hospitais de Ensino. Então, senhores, o que nós da Assembléia procuramos fazer neste artigo 45?

Não foi apenas ouvir o Conselho Estadual de Saúde, não foi apenas ouvir a sociedade, mas foi principalmente satisfazer a algo que incomoda e incomoda muito esta Casa. Permanentemente as contas de todos os últimos Governos, desde a edição da Emenda Constitucional nº 29 vêm a esta Casa com ressalvas do Tribunal de Contas, dizendo que não atende nem à área de saúde e nem à área de educação e principalmente na área de saúde. O que esta Casa, como uma Casa de Leis, deve fazer? Fechar os olhos e fazer de conta que isso não ocorre, deixar que o fato continue a se perpetuar Governo após Governo e ano após ano e na hora da aprovação das contas levanta-se o Deputado Neivo, levantam-se outros Deputados e fazem um discurso dizendo que é uma barbaridade que se vote a aprovação das contas, porque há ressalvas ou devemos corrigir?

Acho que é o momento de corrigir. De tanto falarmos na área de educação, o Governo este ano já manda para esta Casa um Orçamento com 30% de aplicação na área da educação. Que bom, porque vão ficar os 25% da educação básica mais 5% para o restante de educação. Por que não fazemos o mesmo aqui com relação à saúde?

É hora de dizermos que sim, o Governo tem que se esforçar para atingir os 12% na área de saúde sem o Hospital Militar, sem o SAS, que não atende a população de uma forma ampla e geral, como diz a Emenda Constitucional nº 29, sem o Paranasan, que é dinheiro emprestado. É hora de nós dizermos, dentro desta Assembléia, se nós queremos a legalidade, se queremos as boas leis, ou se mais uma vez vamos brincar de faz-de-conta.

Eu confesso aos senhores que estou me despedindo desta Casa. E me despeço com bom sentimento, o sentimento de em todos os momentos ter primado pela busca da melhor lei para o povo paranaense. E é por isso que eu peço que esses vetos sejam derrubados, não por uma questão de Governo, Oposição ou Situação, mas por uma questão de legalidade, de cumprimento estrito que diz a lei, e mais do que isso, de cumprimento ao dever daquilo para o qual fomos eleitos: legislar de forma correta.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, antes de encaminhar, eu gostaria de fazer uma questão de ordem até para entender se vai ser votado, está sendo encaminhado o que, no presente momento - me desculpe, eu estava atento...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O nobre Deputado Marcos Isfer fez um encaminhamento geral.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas, nós vamos agora o...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Há um requerimento do Deputado André Vargas, que nós vamos votar, que solicita a prioridade de votação aos parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º, do artigo 23.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agora compreendi. Depois eu vou encaminhar os destaques.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tem outro requerimento do Deputado Tadeu Veneri que solicita o destaque também no item 09, na proposição...

Artigo 45.

Em votação o requerimento do Deputado André Vargas.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, o que diz, o que propõe o Deputado André Vargas?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já li aqui, nobre Deputado, que solicita a prioridade de discussão para os parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º, do artigo 23, cujos parágrafos deverão ser votados em uma votação única.

V. Exa. quer que faça a leitura do que diz nesses parágrafos?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu quero encaminhar o requerimento do Deputado André Vargas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, eu acredito que nós estejamos prejudicados de votar esse requerimento, porque a ausência, é claro, o Deputado pode estar ausente, mas estamos aqui votando destaque a algo, a parágrafos que atendem a Secretaria do Trabalho. E no requerimento do Deputado André Vargas não está contemplada a principal luta do Deputado André Vargas e dos Parlamentares desta Casa, que é a questão dos 12% em saúde. Então, eu ficaria, sim, o Deputado Tadeu entrou com o requerimento, está aí o destaque, nós também estávamos entrando, o meu ficou prejudicado. Mas, eu fico aqui me perguntando: o Deputado André esquece do artigo 45 e contempla o artigo 23 da Secretaria do Trabalho, que aí são vários parágrafos.

Para nós votarmos, Sr. Presidente, acredito que seria muito bom o encaminhamento deste requerimento, porque aí, sim, nós estaríamos votando conscientes o que nós vamos votar e qual é o interesse do Deputado André em reservar essa questão à Secretaria do Trabalho. Porque aí nós estaríamos votando com a explicação do Deputado, senão eu quero dizer que eu

estarei aqui votando pela questão Situação, Oposição, sem as devidas explicações do Deputado André Vargas, que ao encaminhar este requerimento, certamente, me convenceria.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Para Encaminhar)**

Eu sigo na mesma linha do Deputado Rossoni. Eu gostaria de ouvir aqui o Deputado André Vargas, eu não sei se ele está presente no Plenário, ou fazer uma chamada nominal aí. Tem condições, Sr. Presidente, de chamar nominalmente o Deputado André Vargas? Atenção Deputado André Vargas, onde estiver na Assembléia Legislativa, por favor compareça ao Plenário porque nós gostaríamos de ouvir, por que o senhor está remanejando o orçamento para a Secretaria de Trabalho?

Eu estou curioso para saber porque tem até verba para Ponta Grossa aqui e eu quero saber aonde vai este dinheiro, bem certinho. Como o Deputado André Vargas anda de bem com o Governador é bom ele nos explicar aonde vai o dinheiro, porque eu quero votar a favor. Só queria saber aonde vai o dinheiro? Deputado Tadeu Veneri, o senhor é do PT também, o Deputado Tadeu Veneri está fora disso, disse aqui que não pode esclarecer.

Sr. Presidente, eu pediria que suspendesse a Sessão por dois minutos, para acharmos o Deputado André Vargas.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

O Regimento não determina que nós temos que achar Deputado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas como é que vamos votar se o autor não está presente? O senhor nunca deixou votar se o autor não estivesse presente. O senhor que fez esta lei.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Isso é quanto a projeto, Deputado. Vai ser votado, Deputado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas sem explicação do Deputado André Vargas?

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

V. Exa. tem a explicação dentro do orçamento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas não está dando para entender, eu acho que nós podíamos chamar o Deputado André Vargas aqui para explicar, ele fala tão bem!

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Eu não vou buscar sob vara Deputado nenhum, nobre Deputado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Apesar de ser o senhor cartorário, o senhor podia, tinha este poder de buscá-lo se fosse o caso.

Eu faço o encaminhamento aqui, Sr. Presidente, no sentido de solicitar aos alto-falantes dessa Casa que se o Deputado estiver aqui na Casa que desça para nos explicar, eu estou curioso, eu quero saber quanto é o dinheiro que vai para a Secretaria.

Como a imprensa está cogitando que ele vai para o Governo como Secretário e ele usou, agora há pouco aqui, uma palavra repudiada pelo Governador Requião: que não tem negociação nesse Governo, e ele disse aqui, está nas notas taquigráficas que o PT está negociando com o Governo Requião. Então a negociata está acertada aqui! Está no papel, está no projeto! Eu queria explicação dessa negociação, porque o Governador Requião disse aqui que o seu Governo não negocia nada, com ninguém, e o Deputado André Vargas disse aqui que o PT estava negociando.

Deputado Veneri, V. Exa. que é um dos grandes Deputados do PT, o senhor conhece alguma coisa dessa negociação? Podia explicar para nós?

O SR. TADEU VENERI (PT) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, não sei se esse tema tem a ver com o debate do orçamento.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Não tem, na realidade estamos fugindo do debate, nós estamos cobrando a presença de um Deputado que não podemos cobrar.

Está encerrada a discussão do requerimento. Em votação o requerimento.

Aprovado, com voto contrário do Deputado Reni Pereira.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, só para restabelecer uma verdade, porque eu não quero esta pecha, não estou aqui para cobrar presença de Deputado. Eu só me sentiria confortável com o encaminhamento da matéria porque o deputado André é um profundo entendedor pelo requerimento e eu aí me sentiria mais satisfeito. Mas eu quando não estou aqui não quero que ninguém cobre, sou um cidadão livre e vivo numa democracia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, eu confesso que não sei, a imprensa está cobrando aí que nós recebemos um jeton para virmos aqui trabalhar. Quando um Deputado falta a uma Sessão vai descontar alguma coisa ou não?

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

O senhor está agindo como Deputado ou como membro da imprensa? Vamos levar a Sessão a sério,

vamos acabar com brincadeira na Sessão, vamos levar a Sessão a sério!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu não estou brincando, Sr. Presidente, eu não estou brincando, estou fazendo uma questão de ordem. O Deputado não está presente aqui...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Essa Mesa Executiva vai decidir, nobre Deputado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Acho importante realmente a posição de V. Exa. na Mesa, Sr. Presidente, nós temos uma matéria sumamente importante. Há poucos instantes eu conversei com o Deputado André Vargas, aqui no Plenário, todos nós temos conhecimento da sua presença, ademais não há obrigatoriamente a presença exigida a um requerimento já votado.

Portanto eu parablenizo V. Exa., vamos tocar essa reunião, tem muito que se discutir sobre o orçamento e já está avançada a hora.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos colocar em votação agora, numa votação conjunta os parágrafos: 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do artigo 23. É o veto que foi colocado nesses parágrafos, desse artigo 23.

Os Srs. Deputados que votarão favoravelmente a manutenção do veto falarão SIM, pronunciarão a palavra SIM. Os contrários, pela derrubada do veto falarão NÃO. Solicito ao 1º Secretário.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Só para deixar claro, aqui na Casa, que no final do ano passado a Assembleia Legislativa votou por unanimidade o orçamento e o substitutivo apresentado pela Comissão de Orçamento. O Governador no seu direito que lhe é facultado constitucionalmente vetou alguns artigos e alguns parágrafos do substitutivo apresentado pelo Deputado, pela Comissão de Orçamento e também aprovado pelo Plenário.

Por isso, Deputado Valdir Rossoni, os Deputados que forem votar SIM, estarão votando contra aquilo que decidimos no final do ano passado para que nós venhamos a confirmar aquilo que nós votamos em dezembro do ano passado, aquele substitutivo que foi apresentado pela Comissão de Orçamento. Então temos que derrubar o veto.

Então temos que votar NÃO, porque se votarmos SIM estaremos votando contra aquilo que votamos em dezembro. Por esta razão temos que votar NÃO. Votamos NÃO e aí estamos fortalecendo a Casa e votando de acordo com aquilo que votamos em dezembro do ano passado.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Nobre Deputado Elio Rusch, foi combinado na votação do orçamento agora recentemente, ele próprio dizia: "se o Governo se achar prejudicado, que vete e a Assembleia analisa." Pois, foi o que aconteceu. Foi contrária a nossa posição na Assembleia. A maioria, para não polemizar deixou passar aquele substitutivo e agora vamos votar o veto do Governador. E quero pedir à base de apoio que vote pela manutenção do veto.

Estamos votando agora é o substitutivo, é o pedido de destaque do Deputado André Vargas ou os vetos em bloco?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estamos votando aquele pedido de votação dos vetos colocados nos parágrafos: 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do artigo 23, solicitação do Deputado André Vargas. O requerimento que foi aprovado foi do Deputado André Vargas. São seis parágrafos do artigo 23.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Estão nós vamos pedir a derrubada desses vetos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para manter o veto, SIM...

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT) (**Questão de Ordem**)

Estamos votando os destaques?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já votamos os destaques para votar os parágrafos. O destaque já foi votado. O requerimento já foi votado. Vamos votar agora o veto a esses parágrafos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

A verdade é o seguinte: se votarmos NÃO estaremos atendendo o requerimento do Deputado André Vargas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sem dúvida nenhuma.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Se votarmos SIM estaremos atendendo o veto que o Governador fez ao orçamento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Perfeitamente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu como quero ver se faço a indicação ao Diretor da Secretaria do Trabalho., vou votar: NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito a chamada dos Srs. Deputados, pelo Deputado Nereu Moura, para votação.

Volto a afirmar: os que votarem SIM: pela manutenção do veto.

Os que votarem NÃO: pela derrubada do veto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de fazer uma consulta a V. Exa. Votei SIM acreditando estar votando NÃO. Fui induzido a erro, por alguns comentários aqui. Gostaria de saber se posso retificar o meu voto e votar NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós tomamos a decisão anteriormente que não iríamos fazer a retificação de voto, porque poderia numa votação faltar um voto só e automaticamente ser mudado o resultado.

Então, indefiro o pedido de V. Exa.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quarenta e cinco Deputados votaram. Quarenta e três - NÃO. Dois - SIM. Sete faltaram.

Estão rejeitados os vetos.

Mantido o artigo 23 referente aos parágrafos: 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º.

Em seguida nós temos o requerimento do Deputado Tadeu Veneri solicitando prioridade de votação ao artigo 45.

Está em votação o requerimento.

Deputado Valdir Rossoni para encaminhar o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Só gostaria que o senhor pudesse me conceder uma cópia do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Defiro o pedido de V. Exa., uma cópia do requerimento.

Pela Ordem o Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

De acordo com o Regimento da Casa acabei de consultar o 1º Secretário, 45 Deputados votaram.

Nós já estamos em processo de votação, portanto, quem votou nessa votação quero fazer essa consulta, deve permanecer até o final.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deve permanecer em Plenário.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, é importante nesse momento o que nós estamos votando. Nós estamos votando um requerimento do Deputado Tadeu Veneri, que requer destaque aonde foi colocado no orçamento que obriga o Governo a gastar os 12% em saúde. Porque o próprio Tribunal de Contas diz que gasto em saneamento não é em saúde.

Então, a hora que nós estamos votando o requerimento do Deputado Tadeu Veneri, nós estaremos votando essa questão. Se nós não conseguirmos o destaque, nós estamos deixando aqui a oportunidade de aprovar e de derrubar o veto do Governador.

Vejam aqui, eu quero fazer uma pequena recordação.

Nós votamos, há poucos minutos, e fazem parte do requerimento os destaques dos parágrafos que o Deputado André Vargas preserva no Orçamento, em torno de doze milhões para a Secretaria do Trabalho. Então, quero lembrar o Padre Roque. O que o Padre Roque não teve na Secretaria do Trabalho, o novo Secretário do Trabalho vai ter, por meio do que nós votamos.

Ora, se numa votação anterior aprovamos o requerimento do Deputado André Vargas, que é do PT, agora estamos votando um requerimento que não é para atender o Secretário do Trabalho, é para atender aquele cidadão que, neste momento, está numa cadeira de rodas, está deitado no corredor de um hospital esperando para ser atendido. É isso que estamos começando a votar, porque senão, chega na hora de votarmos, derruba-se o requerimento do Deputado Veneri e estaremos perdendo a oportunidade de obrigar o Governo a cumprir os 12% em saúde.

Veja, que absurdo, estamos apenas querendo que o Governo cumpra o que a lei diz. Nós estamos querendo que o Governo cumpra o que o Tribunal de Contas diz. Se nós preservarmos o interesse da Secretaria do Trabalho, em torno de doze milhões, claro que amanhã nós sabemos por que, e vamos deixar de preservar o interesse da população paranaense?

Quero pedir a atenção dos Srs. Parlamentares: vamos aprovar o requerimento do Deputado Tadeu Veneri para nós derrubarmos o veto do artigo 45, onde está, na verdade, contrariando a lei, contrariando a todos nós, porque aprovamos isso no orçamento e não estaremos exigindo que o Governo cumpra a lei. Por isso, fiz questão de vir à tribuna para encaminhar um requerimento, porque depois ninguém vai poder alegar que votou enganado.

Estamos, na verdade, discutindo, trocando em miúdos, explicando didaticamente, estamos votando a exigência para que o Governo gaste em saúde 12%. Ora, se esta Assembléia, há poucos minutos, teve um gesto de bondade com a Secretaria do Trabalho, vamos ter aqui

um gesto de bondade com aqueles cidadãos paranaenses que estão nas filas dos hospitais pedindo socorro.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Para Encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, acho que temos que tomar muito cuidado, ficar muito atentos, prestar atenção, porque estamos votando, talvez, na minha avaliação, o documento mais importante, que é o nosso orçamento. Fica complicado ouvirmos distorções, como foi feito agora, dizendo que em relação ao veto do artigo 23 votamos para atender aos interesses do possível Secretário do Trabalho, André Vargas. Isso foi colocado aqui e não é verdade.

O artigo 23 que, na minha avaliação, realmente, merecia ser derrubado, não foi para atender aos interesses de um único Deputado, no caso André Vargas. Se assim fosse, mais do que ninguém, esta Deputada teria votado com o Governo, porque todo mundo sabe que, aqui, em nenhum momento eu concordei em votar, seja para quem for, interesses individuais. Fomos eleitos para defender interesses coletivos, do povo do Paraná. Não vem com essa conversa querendo confundir aqueles que nos ouvem nesse momento, que não estão com a pauta na mão. É uma pena que não tenhamos ainda a TV Plenário, para deixar a opinião pública bem informada em relação a isso.

O veto que derrubamos, no artigo 23 favorece vários projetos, inclusive pessoas em situações de risco pessoal e social, com uma implantação de centro de referência de atendimento à mulher em situação de violência doméstica, casas-abrigos em vários municípios, educação profissional e social ao trabalhador qualificado.

Votamos para derrubar o veto, que impediria a questão de investimentos destinados à proteção social básica, para atender os CRAS - Centros de Referência da Assistência Social e vários projetos de interesse social do povo do Estado do Paraná e não de interesse de André Vargas - poderia ser ele ou quem quer que fosse assumir essa Secretaria. Tínhamos que votar como votamos, porque uma transferência de um recurso que não vai mais parar uma secretaria, que vai ser colocado na Secretaria do Trabalho, para suportar esses projetos que todos nós, aqui, independente de Partido ou de cor ideológica defendemos nesses quatro anos.

A outra confusão é dizer que lá atrás favorecíamos um companheiro do PT e que, agora, eventualmente, não iríamos fazer a mesma coisa em relação ao Tadeu Veneri, porque estaríamos com dois pesos e duas medidas. Eu particularmente, entendo que no caso do artigo 45, que é o requerimento do Deputado Tadeu Veneri, o Governo tem razão, sim. E por quê? Porque não consigo entender que os recursos e ações utilizados em despesas com o Hospital da Polícia Militar, com o Serviço de Assistência à Saúde do Servidor e com despesas com hospitais universitários, por exemplo, não sejam atendimentos à saúde. Nesses quatro anos de Deputada não fui convencida de que isso não se refere a atendimento à saúde.

Não está, aqui, mas em relação à questão do saneamento básico, qualquer pessoa medianamente inteligente sabe que se nós investirmos em saneamento básico, estaremos impedindo que aumente o índice de mortalidade infantil e o índice de mortes por doenças que deveriam estar erradicadas no País, de homens e mulheres, por infecção causada pela ausência de saneamento básico. Isso não é saúde? Essa é uma discussão, não do Governador Requião, mas internacional, que o mundo está fazendo hoje, exigindo os investimentos em saneamento básico.

Portanto, não vamos confundir quem nos ouve nesse momento, fazendo discursos fáceis para dizer que estamos aqui com dois pesos e duas medidas. Não estamos! Estou defendendo o que sempre defendi. Sinceramente, lamento que outras pessoas não estejam nesse momento, para mostrar a sua posição, porque durante esses quatro anos fizeram uma colocação contrária e deveriam estar aqui hoje, para discutir essa tese. Não estão, por razões que não me interessam. A minha posição é a do Governo, colocada pela sua liderança, que é saúde, sim, atendimento aos servidores, aos hospitais, inclusão de recursos na saúde para o CRAS, o SAS, porque ninguém nunca me convenceu do contrário. Isso não colocaram. Sobrecarregaria o SUS e o sistema de saúde, que nós temos colocado diuturnamente que é complicado no Paraná.

Portanto, acho que são duas votações diferenciadas e essa segunda votação temos que votar com o Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas:

Quero encaminhar para que possamos votar destacado o artigo 45 e gostaria de chamar a Bancada do PT, porque nós temos um parecer feito pela nossa assessoria e consultei algumas pessoas agora e o artigo 45, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que prevê os 12% da saúde, na verdade o parecer que temos faz com que façamos uma leitura que há um aumento realmente no investimento da saúde no Paraná nos últimos anos. É verdade;

Aumentou em 2003, a 5,6%, quando deveria ser 10,5, ainda no Governo Lerner, ou seja, abaixo do preceito constitucional. Aumentou em 2004 para 5,7% já no atual Governo e poderia ser de 12%. Em 2005 nós ainda não fechamos os dados, mas fica em torno de 7,5%. Por que estamos insistindo que esse requerimento possa ser aprovado e que possamos votar em destaque o artigo 45?

Por uma razão muito simples. Entendo, assim como alguns Deputados colocaram aqui, que saneamento é saúde. Entendo que a consequência do investimento em saneamento é saúde, assim como entendo que a consequência do investimento em segurança pública, em um País que tem milhares de jovens entre 12 e 21 anos assassinados, é saúde. Aliás, o maior programa de saúde é segu-

rança, porque hoje um dos maiores problemas do nosso País é o número de assassinatos de jovens. O número de pessoas que morrem no trânsito anualmente no Brasil é uma violência incomparável em qualquer outro País do Mundo e nem por isso colocamos os programas de trânsito como saúde. Nós também não colocamos, por exemplo, programas que poderiam também ser incorporados como saúde, como o lazer, porque lazer também é saúde e nós todos aqui temos concordância com isso, porque as pessoas precisam ter alguma coisa além do seu dia-a-dia, do seu trabalho, para terem uma saúde mental, para terem um dia-a-dia melhor e produzirem melhor.

Então, não é o conceito da totalidade do que é e do que deixa de ser saúde que pode ser incluído no Orçamento, porque se fosse assim, nós teríamos basicamente um Orçamento da Saúde, porque educação também é saúde. Nós sabemos que as pessoas que têm um grau maior de escolaridade têm, por consequência, uma condição não só de acessar aos serviços de saúde, mas têm também condições de inclusive ler bulas de remédios. Nem por isso colocamos alfabetização como programa de saúde.

Então vejam, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nós não podemos, sobre o falso debate de dizermos que alguns itens são colocados como saúde, só por isso colocá-los dentro do Orçamento de Saúde. Quando insistimos que 12% que a Emenda Constitucional nº 29 prevê que sejam alocados em programas de saúde, é porque queremos que dentro dos hospitais não falte, por exemplo, funcionários, que não falem medicamentos, que as pessoas não tenham que ficar procurando por UTIs, que haja de fato não só hospitais, o que é importante, mas que haja quem faça com que esse hospitais funcionem. E aí eu faço um comparativo: os recursos que essa emenda possibilita, porque não determina, nosso Orçamento não determina em momento nenhum, ele apenas possibilita que coloquemos mais 110 milhões de reais em saúde e cumpramos de fato os 12%. Porque no meu entendimento não há uma co-relação na atividade fim de saúde, por exemplo, até porque não está explicitada, com o serviço de saúde e assistência social, com a gestão do sistema de saúde dos servidores, não há com o Funsau, água, esgoto, energia elétrica e telefone. Por que não há?

Porque ainda que entendamos que o sistema de saúde, quando você faz um sistema fechado para servidores públicos e retira do Orçamento e retira da área de saúde milhões de reais para que os servidores públicos, merecidamente, tenham um plano específico e possam ser atendidos prioritariamente e diferentemente da maioria da população, o que estamos fazendo?

Estamos criando uma clientela fechada e isso não pode ser gasto com recursos do SUS. Não pode! Porque por essa lógica, então, poderíamos fazer o contrário e colocar no sistema fechado toda a população e reservar a alguns setores valores da saúde. Vamos inverter. É claro que não funciona. Por isso estou fazendo aqui um exercício com os Srs. Deputados e com as Sras. Deputadas para

mostrar que esse debate é falso. Na verdade se escamoteia, não neste Governo, mas em todos os Governos, escamoteia-se o que deve ser gasto em saúde.

Nós vamos ter, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, aqueles que acompanharem a execução do Orçamento até o final deste período podem confirmar em dezembro que nós vamos ter um superávit orçamentário, vamos ter um excesso de arrecadação, porque toda a evolução mostra que o Orçamento está subestimado e por estar subestimado vai ter menos recursos, inclusive em saúde, do que deveria ter se fosse inclusive orçamento real. Mais do que subestimado, além de subestimado, está colocando na saúde aquilo que não deveria ser colocado na saúde.

Fico pensando aqui e temos um debate nesta Casa sobre as trinta horas dos servidores públicos, onde muitos são favoráveis, alguns têm dúvidas e alguns são contrários. É óbvio que para que possamos ter o regime de trinta horas para a saúde e isso gerará saúde para os servidores e para aqueles que eles irão atender, é óbvio que precisamos ter recursos. Não há como você fazer isso sem recursos para a saúde. Então, as coisas estão interligadas. Esse processo iniciou aqui na Assembleia muito antes de virmos para cá, mas em 2003, no primeiro Orçamento que votamos aqui, o Deputado André Vargas havia apresentado um projeto para que estabelecêssemos 12% para a saúde e por comum acordo naquele momento houve a derrubada do projeto, a manutenção do veto e parece-me que o projeto nem foi apreciado no Orçamento, porque se previa uma evolução paulatina dos valores do Orçamento da saúde, até que pudéssemos contemplar os 12%. Por que essa emenda foi apresentada?

Não é porque o Deputado Marcos Isfer ou o Deputado Strapasson ou o Deputado Tadeu Veneri resolveu fazer. Não é por isso. Mas, é porque o Tribunal de Contas, o Ministério Público e o Conselho Estadual de Saúde entendem que é esse o mecanismo para que façamos o Orçamento da saúde.

Por último, Sr. Presidente, neste minuto que me resta, gostaria de fazer aqui um pedido aos companheiros do PMDB, porque na justificativa do veto coloca-se que o Governo Federal, na execução orçamentária, inclui ação hospitalar ambulatorial, educação superior no caso dos hospitais universitários, saneamento básico rural, saneamento básico urbano, desenvolvimento científico, desenvolvimento tecnológico e difusão do conhecimento. Todos esses pontos são colocados no Orçamento da União, todos eles são contestados pela Bancada do PMDB, em nível federal, todos, sem exceção.

Então, pela coerência, eu acho que o PT quando retirou, em comum acordo com o PMDB e com outras Bancadas, aquilo que o primeiro ano do Governo Lula queria fazer que, no meu entendimento, equivocadamente, era colocar o Fome Zero no Orçamento como saúde, quando o Governo retirou, retirou por pressão dos partidos aliados. É a mesma coisa que nós solicitamos agora. Não há que se ter um peso em Brasília e outro peso aqui. Estamos tentando derrubar lá, é preciso que

derrubemos aqui para não sermos incoerentes com aquilo que nós temos dito para a população: 12% para a saúde não é favor, é direito e obrigação.

O SR. AILTON ARAÚJO (PPS) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é por um dever de consciência que eu quero colocar a minha posição: eu entendo que saneamento é saúde, como entendo também que cesta básica para a população é saúde. Entretanto nós estamos diante de uma questão muito séria e que é uma questão de prioridade: entre colocarem manilha na frente da casa do cidadão e ele ter uma UTI para colocar o seu ente querido quando está necessitado, eu creio que ele vai preferir a UTI.

Eu não posso votar pela manutenção do veto em função de que tenho visto os hospitais abarrotados, as pessoas esperando em macas para serem internadas. E ainda esta semana recebi um pedido para que fizesse uma interferência para alguém que precisava de uma UTI, que não podia ser internado para fazer a cirurgia por causa da UTI. O que será que essa pessoa prefere: o saneamento ou a UTI? Todas elas tratam da questão da saúde, mas entre dar o analgésico e o antibiótico, é preferível aquele que vai garantir a vida. É uma questão então de prioridade de vida ou morte. Se consultássemos a população, eu entendo que a população preferiria que o dinheiro fosse aplicado, em primeiro lugar, uma questão de prioridade, não estamos discutindo se saneamento é ou não é, é questão de prioridade. O que é que o cidadão precisa agora?

O que a população mais humilde e mais pobre está precisando?

Eu não iria dormir com a minha consciência tranquila sabendo que por causa do meu voto, as pessoas estariam morrendo nas portas dos hospitais.

Então, é uma questão de prioridade votar pela derubada desse veto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, acompanhando o pronunciamento de alguns Deputados, aqui, e do Deputado Tadeu Veneri, e mais basicamente o pronunciamento feito aqui pelo Deputado Ailton Araújo, que fala da prioridade da saúde. E a prioridade da saúde deve ser dada principalmente às pessoas mais carentes, às pessoas mais pobres. E nós vimos que o Governo fez um esforço no ano passado na tentativa de aumentar esses índices da saúde. Mas, ainda é pouco, nós precisamos de mais recursos para a saúde, até porque vemos no complexo geral da distribuição de renda da saúde alguns beneficiamentos que parece que não são justos para algumas regiões do Estado. E mais uma vez eu volto a insistir aqui, Sr. Presidente, que a cidade de Ponta Grossa, e os Campos Gerais, é a cidade que mais contribui para a arrecadação de impostos para este Estado. O ICMS que arrecada a cidade de Ponta Grossa hoje vem a ser o terceiro deste

Estado. O Estado do Paraná tem em Ponta Grossa o terceiro maior arrecadador de impostos de ICMS.

Deputado Elio Rusch, V. Exa. me corrige e aí eu não tenho dúvida nenhuma que eu nunca fiz esta crítica contrária ao Governo Jaime Lerner aqui, o Deputado Rossoni sabe disso que se tem algo que eu sempre agradei ao Governador Lerner foram as indústrias que nos ajudaram. Isso eu sempre agradei, nunca fui desleal com o Governador. Nós tivemos um avanço muito grande com as indústrias. Ponta Grossa, quando eu deixei a Prefeitura, arrecadou 94 milhões, no ano de 2000, hoje a arrecadação de Ponta Grossa chega perto de trezentos milhões. A arrecadação, no final de 97 era de quase cem, acabou não se confirmando a arrecadação de cem milhões em 97. Ponta Grossa era a 12ª cidade em arrecadação no Paraná quando nós assumimos a Prefeitura, a partir de 97 quando nós abrimos as porteiras de Ponta Grossa, porque lá tinha porteira, nós demos um chute na porteira e deixamos vir o progresso, vieram as indústrias, aumentou o comércio, a cidade passou de 12ª em arrecadação para ser hoje a terceira cidade em arrecadação, perdendo apenas para Curitiba que é capital do Estado e para Araucária por termos ali a instalação da Petrobrás. Fora disso, Deputado Nereu Moura, Ponta Grossa é a cidade que mais arrecada impostos, no Estado do Paraná!

Então é justo que a Saúde receba mais incentivos, não é justo que um hospital colocado numa região pólo receba menos que uma região como Campina Grande que tem um grande hospital que atende uma região inteira.

Enfim, Sr. Presidente, eu acho que investir em saneamento também faz parte da Saúde porque o saneamento evita, previne, ele é importante porque ele faz a prevenção principalmente nos bairros mais pobres das cidades. E a colocação do saneamento melhora as condições de vida do nosso povo porque nós temos que trabalhar a Saúde hoje, não no final mas no começo e o começo é a prevenção. Por isso eu sou favorável que o Governo aplique o mais possível na Saúde.

Eu só lamento a ausência aqui e quero fazer este registro aqui, o Deputado André Vargas, Presidente do PT estadual e que sempre foi um lutador nesta questão dos 12%, não estou vendo do Deputado André Vargas aqui, que sempre foi autor dessa emenda dos 12%, ele sempre foi um dos batalhadores e sempre assinou aqui essa emenda. Agora eu percebo que está somente aqui, solito, está lutando o Deputado Tadeu Veneri! Só lamento que o Deputado André Vargas que é um grande líder do Partido dos Trabalhadores não esteja aqui para defender aquela emenda que ele sempre defendeu. Eu gostaria de vê-lo, nesse momento aqui, usando tudo aquilo que ele tem direito, aquele seu conhecimento, aquela sua habilidade, aquela sua fraternidade em se comunicar. Daqueles belíssimos pronunciamentos que eu vi aqui eu gostaria de ouvir o Deputado André Vargas encaminhar hoje a questão dos 12%, e o Deputado André Vargas não está presente para justificar aqui o seu voto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu apoio a Saúde, nós estamos recebendo alguns recursos em Ponta Grossa, como nunca recebemos e por isso que apoio a gestão do Governo no que se refere à Saúde, poderia ser melhor, poderia ter mais investimentos, mas o que foi feito é melhor que o passado e por isso eu concordo que nós possamos votar esta emenda, votar este destaque.

Hoje pela manhã eu fiquei assustado, Sr. Presidente, cedo pela manhã, muito cedo assisti a Rede Globo, ontem foi um dia de muita confusão nessa Casa e eu assisti a Rede Globo hoje pela manhã e a Rede Globo tem aquele costume de dar um minuto para um e um minuto para outro, quando lhe interessa, hoje eu fiquei assim até um pouco chocado, de manhã cedo, quando eu vi, de um lado o Deputado Scarpellini vestido de gravata bonitinho de acordo como determina o Regimento da Assembléia e do outro lado o Deputado Tadeu Veneri discutindo a questão dos salários, o Tadeu Veneri dizendo que era um absurdo que os Deputados iam receber os salários. Mas estamos aqui, eu estou aqui, estou presente aqui fazendo parte desta discussão, porque ela é muito importante. Só lamento que o Partido que questionou o pagamento daquilo que os Deputados estão recebendo, alguns membros não estão aqui. E eles deveriam estar aqui para mostrar ao povo o que eles vieram, aqui, discutir.

Então, queria deixar esse desabafo aqui, porque fiquei chocado ao ver hoje o Deputado Veneri na Rede Globo para o Estado inteiro tentando dizer que a Assembléia estava errada, que o Parlamento estava errado, mas não vejo aqui a presença do seu companheiro, do seu Líder, do seu Presidente que sempre defendeu essa emenda, não está presente aqui neste momento para encaminhar, para defender, para xingar, para trabalhar. Não estou vendo.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero justificar o meu voto com relação a aplicação de verba de saúde e de saneamento. Saneamento já tem a verba específica para isso. Se você paga uma conta de água e você usa o esgoto lá, está lá a taxa de esgoto que é cobrada. E aquela verba é destinada para o saneamento básico da cidade. Isso não há o que se discutir, que o saneamento também faz saúde, assim como disse o Deputado Tadeu Veneri, meu desafeto, com relação aos pagamentos de convocação e desconvocação. Mas o esporte também é saúde, saúde é o lazer, é a recreação. A minha posição é essa em não concordar com o saneamento com relação a aplicação de verba de saúde.

Para o Deputado Jocelito que está procurando pelo Deputado André Vargas, tenho a informação de onde ele está. Disseram-me que ele está com o Governador na Granja do Canguiri fazendo uma adaptação de convivência já com o Governador, já que vai ser Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Peço a V. Exa. para não fugir do encaminhamento.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Quero esclarecer. O Governador mandou encilhar um pônei para o André Vargas andar e estão treinando lá na Granja do Canguiri.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares. Espero ser rápido no encaminhamento. Queria conchamar os companheiros de bancada de que nós votemos contrário ao requerimento do Deputado Tadeu Veneri. Eu me justifico, Deputado, se nós vamos votar, aqueles que assim tem convicção, pela manutenção do veto, vamos trabalhar em ordem prática, se já votamos na questão do requerimento evita a votação na sequência. Porque acredito que aqueles que votarem contra o requerimento serão aqueles que votarão contra a derrubada do veto.

Outra coisa, Deputado Tadeu Veneri, coerência se cobra dos dois lados. Em Brasília o Governo Federal coloca essas despesas como saúde e a Bancada do PMDB questiona contra a Bancada do seu Partido. Onde está a coerência? Aqui a Bancada do PMDB defende e a sua Bancada questiona. Portanto, está 1 x 1 este jogo. Nos dois lados está existindo um comportamento diferenciado. Agora, o Governo Federal inclui muito mais do que o Governo Estadual está incluindo na questão saúde, Deputado Ailton Araújo. Eu não sou médico, não trabalho nesta área, V. Exa. trabalha. Mas o questionamento: “o que a população prefere se é saneamento na porta da casa ou então o remédio no hospital?” Isso é uma distorção da verdade sobre saúde, porque na verdade o que nós precisamos trabalhar, insistir, votar e darmos apoio, é à saúde preventiva, a prevenir doenças. Os maiores focos de doenças, principalmente atingindo as populações mais pobres, estão localizados nos bairros mais pobres.

Nós tivemos um aumento substancial na vida dos brasileiros sem hospital, a partir do momento em que nós passamos a aplicar mais no setor de saneamento, no setor preventivo das doenças e quando se fala que nós nos atemos à cobrança do saneamento através da nossa Companhia Estadual, vamos lembrar que saneamento não é, única e exclusivamente, de Curitiba ou dos bairros aonde passa o saneamento para cobrar. Nós estamos trabalhando em saneamento rural, nós estamos levando saneamento para o interior do Paraná. Em algum lugar tem que estar a verba de gasto do nosso Estado.

Quando nós falamos em diminuir as filas do SUS, temos que lembrar que se nós fortalecemos o Hospital da Polícia Militar, os nossos policiais militares, atendidos pelo Hospital da Polícia Militar, diminuirão a fila do SUS, onde estariam disputando vaga com o cidadão que não está legitimado numa profissão e coberto por ela.

Eu me pergunto muitas e muitas vezes. É uma grande indagação. O que é saúde? Saúde é injeção, dou-

tor? Saúde é antibiótico? Saúde é gastarmos mais em pessoal ou saúde é nós permitirmos que a população tenha mais tempo de vida, melhor qualidade de vida pela prevenção em atendimentos necessários para o cidadão e principalmente para o cidadão que mais necessita?

Então esse enfoque na verdade, está acontecendo no plano federal, está acontecendo no plano estadual. Precisamos estabelecer uma legislação que diga com clareza aonde você vai suportar determinadas dívidas, em que rubrica, em que Secretaria, porque senão, nós estamos deixando desamparada uma parcela enorme da população que precisa de serviços preventivos na saúde.

Então, gostaria de me desculpar, Deputado Tadeu Veneri, por conclamar a nossa Bancada de apoio que vote contra o seu requerimento. Por que razão? Porque obviamente, nós vamos votar pela manutenção do veto. Portanto, não há razão nenhuma que justifique o pedido de destaque de V. Exa.

Obrigado.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Em esclarecimento ao Deputado Caíto Quintana. Eu o ouvi com bastante atenção. Em Brasília, o PT tem feito questionamentos com relação aos valores que são colocados pelo Governo. Então, não há incoerência, porque a Bancada Federal, questiona o Governo do PT. Não há incoerência. Não entendi se era esse o seu questionamento, mas não há incoerência. Em Brasília, os Deputados e Deputadas do PT, questionam quando valores que são alheios ao que a Emenda Constitucional 29 determina, são colocados em saúde. Eu faria um apelo para que nós pudéssemos ter, se não for hoje, mas na seqüência nós vamos estar aqui, se pudermos ter entendimento a respeito do que é saúde, como se faz esse orçamento para não termos esse debate infinito, que nós pudéssemos ter a Comissão de Saúde fazendo um Seminário, trazendo o Presidente da Câmara Federal, ou da Comissão de Saúde da Câmara Federal para explicitar como é feito isso nos Estados, porque senão, ficamos com versões diferenciadas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Sr. Presidente eu gostaria de justificar, principalmente porque o Deputado Caíto Quintana falava na tribuna e pedia o apoio de toda a Bancada da base do Governo, dizer que sou favorável ao requerimento do Deputado Tadeu. Tendo em vista que acredito que dá liberdade para os Deputados poderem votar sim ou não, conforme a decisão de cada um. Claro que separando dos demais, tendo em vista que muitas vezes você fica com vontade de votar sim. Mas, acredito que os vetos se justificam.

Gostaria também de registrar que não podemos aqui fazer comparações, da saúde agora, com a do Governador Jaime Lerner, porque tem muita diferença. Quando vemos a questão do Centro de Reabilitação sendo discutido, sendo construído, quando vemos a discussão na Região Sudoeste que não tem um hospital público e esse hospital está sendo construído, já praticamente com 70% da obra construída. Só ali nós sentimos muitas mudanças que ocorreram na área de saúde com o Governador Roberto Requião.

Devido à urgência desse veto, eu não consegui e não fui convencida também do veto com relação aos 12%. Portanto quero registrar minha abstenção no veto, mas voto favorável ao requerimento.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente e Srs. Deputados, na verdade eu iria discutir o veto apostado ao artigo 45, quanto a discussão do mérito, mas eu notei Sr. Presidente, que todos os Deputados que se manifestaram não discutiram o requerimento, mas sim, o mérito do veto. É por essa razão que eu me reservo o direito de também discutir nesse momento o mérito do veto e não só o requerimento do Deputado Tadeu Veneri, porque o Deputado Tadeu Veneri queria apenas destaque para que desse condições à possibilidade de os Deputados discutirem o mérito separado do artigo 45 em relação ao veto apostado aos demais artigos.

O Deputado Caíto Quintana já deixou claro que a Bancada do Governo que é a maioria aqui na Assembleia Legislativa, eu espero que na votação seja a minoria. Diz que vão votar contra o requerimento e vão votar favorável à manutenção do veto em relação aos 12% à saúde.

Pois bem, eu não sou especialista na área de saúde e, também, não sou bacharel em Direito. A vivência, a experiência que nós temos é através do conhecimento da vida Parlamentar nesses trinta anos que nós estamos na vida pública. Quando se fala em coerência, o PMDB, cobra coerência do PT em Brasília. O PT daqui faz coro e pede que o PMDB tenha a mesma coerência aqui na Assembleia em relação as suas atitudes no Congresso Nacional.

Eu acho que o PFL o PSDB sentem-se à vontade de pedir coerência para os dois. Pedir coerência para o PMDB e pedir coerência para o PT. Ou o PMDB que pede coerência, lá do Governo Lula, em relação à aplicação do percentual exigido de acordo com a Emenda 29, na Constituição, no Governo Federal que seja excluído nesse percentual aquilo que se refere a saneamento básico. O PT, aqui no Paraná, pede que o PMDB seja coerente e aplique, aja de acordo com aquilo que o PMDB está dizendo no Congresso Nacional.

Vamos pelos fatos: nós sabemos que saneamento é saúde, é consequência. É o saneamento uma responsabilidade do Governo levar o saneamento para a população. Saúde é obrigação do Governo. O que é que a Assembleia tem aprovado em dezembro?

Vamos ler o artigo 45. O que diz a Lei, Deputado Caíto Quintana?

Artigo 45 - projeto de lei que aprovamos, aqui, em dezembro: *Para fins do cumprimento do disposto da Emenda Constitucional nº 29/00, não serão contabilizados como ações de serviços públicos de saúde as despesas relacionadas a: despesas com o Hospital da Polícia Militar; despesas com o SAS, ou seja, Serviço de Assistência à Saúde do Servidor; despesas com o Paranasan; despesas com ensino em hospitais universitários.* Então, vamos entender esses itens. É isso que estamos discutindo, Srs. Deputados, apenas isso.

O que diz a Emenda Constitucional? Ela diz que os 12% devem atender no atendimento universal.

O que é Hospital da Polícia Militar? Claro, é saúde que você dá para a corporação da Polícia Militar.

O que é SAS? O SAS é um serviço de assistência à saúde que se dá para o servidor público do Estado do Paraná, mas não é um atendimento universal. Ora, Srs. Parlamentares, isso está claro.

Agora, alguém pode dizer o seguinte: mas, Deputado, o senhor vai à tribuna e cobra coerência do PMDB e do PT quando o seu Governo não cumpriu. Ora, vamos esquecer os Governos passados e vamos ver o que temos para fazer agora. A emenda é de 2000, Deputado Caíto Quintana. Depois disso, tinha um prazo a cumprir. O Lerner foi eleito em 94 e, gradativamente, foi sendo implantado o percentual exigido.

Espero que o atual Governador do Paraná e o Presidente da República cumpram o que determina o artigo 29 da Constituição, porque se nós vamos dizer que saneamento é saúde, ora, por favor, acompanhem o meu raciocínio: saneamento é saúde na sua consequência; a segurança também é saúde na sua consequência; o trânsito em que o Governo gasta, hoje, bilhões de reais em consequência dos acidentes de trânsito, também é saúde; uma rua sinalizada, também é saúde. Então, vamos sinalizar a cidade bem sinalizada, vamos evitar acidentes e, evitando acidentes, vamos trazer menos prejuízos para o SUS, mas isso é lógico.

Seguindo esse raciocínio, então, meio ambiente é saúde. Se nós preservarmos o meio ambiente, não poluirmos o rio, não vamos poluir, automaticamente, não vamos contaminar a sociedade. O Luz Fraterna é saúde porque você vai instalar luz na casa da pessoa e este pode ter geladeira e não vai ter comida estragada. O leite também é saúde. O gás também é saúde. Ora, se nós vamos partir para esse raciocínio, tudo é consequência da saúde.

Agora, estou discutindo, levantando uma tese que tem procedência, que tem lógica. Então, o que precisamos é fazer cumprir aquilo que fala a Emenda nº 29 de 2000, que faz com que o Governo cumpra os 12%. É isso que estamos discutindo. Espero que os Deputados possam atender, exatamente, aquilo que a sociedade espera.

Quem tinha estilingue no passado, hoje é vitrine! Se nós formos recorrer aos arquivos da Assembleia será

que não iremos encontrar pronunciamentos de Deputados que, hoje, defendem e que vão votar a favor do veto do Governador? Será que não iremos encontrar nas notas taquigráficas da Assembleia Legislativa, no Diário da Assembleia, manifestações contundentes, Deputados esbravejando em algumas tribunas, aqui da Assembleia, condenando o Governo, no passado, pelo fato de não aplicar os 12% na saúde e os 25% na educação?

Nós temos aí a presença do Deputado Rafael Iatauro, nosso amigo, Chefe da Casa Civil, que era Conselheiro do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas aprova as contas do Governo do Estado com ressalvas, dizendo que não foi cumprido o dispositivo da Emenda 29 em relação ao cumprimento dos 12%. Agora, nós temos um ex-Conselheiro do Tribunal de Contas como Chefe da Casa Civil. Espero que o Chefe da Casa Civil faça cumprir no Governo aquilo que eles falaram no Tribunal de Contas que não estava sendo cumprido. Vamos cobrar coerência aqui também. É isso que nós pedimos.

Espero que todos Deputados, que sempre têm defendido a saúde do Estado do Paraná, a aplicação dos 12%, que primeiro votem a favor do requerimento do Deputado Tadeu Veneri para que possamos discutir em separado este artigo 45 do projeto de lei, que foi vetado pelo Governador do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Antes de colocarmos em votação o requerimento do Deputado Tadeu Veneri, vamos votar o Requerimento nº 18 de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, que requer a prorrogação da presente Sessão por duas horas. Em votação o requerimento que prorroga a Sessão por duas horas.

Aprovado.

Peço, agora, para votar o requerimento do Deputado Tadeu Veneri que os Srs. Parlamentares se dirijam aos seus assentos para que possamos fazer a contagem dos votos.

Deputados que são favoráveis ao Requerimento nº 13 de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente, que solicita destaque ao artigo 45 do Projeto de Lei 487/06, se mantenham da forma como estão.

Aprovado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Peço ao 1º Secretário a chamada nominal dos Srs. Parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Sr. Presidente, gostaria de fazer uma solicitação à Mesa: a chamada nominal é devida, exatamente, a quê?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Questão de quórum.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Bom, aí tem que transformar isso em requerimento.

A votação é nominal. Veto é votação nominal.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Não, mas é o requerimento, porque se cair o requerimento não vai haver votação de veto como destaque.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. encaminhe um requerimento então.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sr. Presidente, Pela Ordem.

(**Assentimento**)

Veneri, já foi votado, nós pedimos verificação de votação. É só isso. É só verificação.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Eu sei Deputado Caíto Quintana. O que estou pedindo é que a verificação de votação seja feita de forma nominal, porque depois nós vamos votar em bloco e se não passar o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. transforma em requerimento pedindo votação nominal. Eu aguardo alguns segundos para V. Exa. redigir o requerimento.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Acho que não pode, Sr. Presidente. Sabe por quê?

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Na verificação não cabe votação nominal!

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (**Para Encaminhar**)

Já procedeu a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Justamente, V. Exa. perdeu o tempo de solicitar a votação nominal. Então, o requerimento tinha sido colocado em votação e pediram a verificação.

Vamos fazer a verificação.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Peço a chamada nominal para verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não é possível no momento, porque entramos no processo de votação. Há número suficiente.

Os Srs. Deputados que são favoráveis ao requerimento do Deputado Tadeu Veneri, queiram levantar-se.

Dezoito Srs. Deputados.

Os Srs. Deputados que são contrários ao requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e quatro Srs. Deputados.

Está **rejeitado** o requerimento.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, eu gostaria de registrar os Deputados que votaram favoráveis ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É um direito de V. Exa.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Deputados: Plauto Miró, Valdir Rossoni, Augustinho Zucchi, Ademar Traiano, Marcos Isfer, Chico Noroeste, Reni Pereira, Ailton Araújo, José Domingos Scarpellini, Waldir Leite, Arlete Caramês, Durval Amaral, Duílio Genari, Barbosa Neto, Padre Paulo Campos, Luciana Rafagnin, Tadeu Veneri, Cida Borghetti e Elio Rusch. São esses os Deputados que votaram a favor do requerimento, para que pudéssemos votar em separado o veto apostado, em relação à aplicação dos 12% na saúde no Orçamento deste 2007.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Há um Requerimento nº 017 de autoria do Deputado Dobrandino, constante do expediente, solicitando a votação em bloco dos vetos apostados ao Projeto de Lei nº 487, com exceção do artigo 23, que foi votado.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Sr. Presidente, peço a palavra.

(**Assentimento**)

Apenas para consignar que o meu voto, em relação a este projeto de destaque do Deputado Tadeu Veneri, diz respeito ao conteúdo. Discordo à questão do conteúdo dos 12% na área da saúde na sua aplicação. Por isso, não vi sentido em relação ao seu destaque.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado a posição de V. Exa.

Em votação o requerimento do Deputado Dobrandino da Silva.

Aprovado.

Vamos votar em bloco os demais vetos apostados.

O requerimento de V. Exa., Deputado Ângelo Vanhoni automaticamente está prejudicado, porque foi

aprovado o requerimento do Deputado Dobrandino da Silva.

Peço a compreensão, porque no encaminhamento do requerimento muitos Deputados encaminharam o mérito. É um direito que V. Exas. têm.

Peço que os Deputados se inscrevam para o encaminhamento.

Deputados Elio Rusch, Valdir Rossoni e Barbosa Neto.

Quero saber dos Srs. Parlamentares Elio Rusch, contra a manutenção do veto; Valdir Rossoni, contra também; Barbosa Neto, a favor; Marcos Isfer, contra. Tem mais uma inscrição contra: Deputado Caíto Quintana.

Deputado Elio Rusch, a palavra é sua. Quero antes de V. Exa. começar a encaminhar, dar como lido o Requerimento nº 011, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Deputados Nelson Garcia, Carlos Simões, Rafael Greca e demais Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária do dia 17 de janeiro (quarta-feira), em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 069/06, Projeto de Lei nº 001/07, de autoria do Poder Executivo, objetiva criar 37 (trinta e sete) cargos de provimento em Comissão de Diretores Gerais de Penitenciárias e do Projeto de Lei nº 297/06, Mensagem nº 046/06. **Recebido; protocole-se; conforme artigo 107, parágrafo 2º, decorrido o prazo de 24 horas, incluir o requerimento para deliberação em Plenário.**

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, Pela Ordem.

(Assentimento)

Talvez esteja sendo até impertinente, mas só gostaria que a Mesa esclarecesse. Esse pedido de Comissão Geral não é o mesmo que inclui diversos projetos, só inclui esses três.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Referente a esses três projetos.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Ok! Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Elio Rusch com a palavra, por dez minutos.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, já discutimos o mérito, na verdade iniciamos a discussão do mérito do veto em relação ao artigo 45. Além desse artigo 45, temos diversos outros artigos que também foram vetados pelo Governador do Estado do Paraná. O Deputado Marcos Isfer foi Relator desse substitutivo que acolheu as emendas dos Srs. Parlamentares e que fez diversas alterações importantes para o fortalecimento da Assembléia Legislativa e dos Parlamentares.

Acredito que o Governador do Estado do Paraná e a Bancada que lhe dá sustentação aqui na Assembléia Legislativa realmente não são coerentes com aquilo que afirmamos no final do ano passado, quando votamos o Orçamento em um entendimento para que se acolhesse exatamente todas as emendas apresentadas dos Srs. Parlamentares dentro daquele valor de um milhão e meio ou dois milhões de reais para cada Deputado e as outras emendas que alteravam alguns dispositivos legais em relação ao Orçamento deste ano. Pois bem, de todos os artigos que o Governador tem vetado e que são inúmeros artigos, como o artigo 35 e seus parágrafos, artigo 36, artigo 37 e assim por diante, o principal veto que a Assembléia Legislativa não poderia abrir mão para o bem do Estado do Paraná, para a nossa saúde pública, é o artigo 45. E alguns Deputados quando discutiam e foram contra o requerimento do Deputado Tadeu Veneri, nós nos manifestamos e fizemos alguns esclarecimentos: eu disse que a Assembléia havia citado no artigo 45 era o Hospital Militar, falei também do SAS e não falei do ensino nos Hospitais Universitários, porque na verdade isso será computado na educação e não na saúde e a outra questão é do Paranasan. Ora, o Paranasan é um empréstimo e o Paranasan é um programa não do Governo passado, mas do Governo passado passado, porque o Governo passado já era o Roberto Requião.

Então, esse programa Paranasan é um programa do Governador Jaime Lerner. Isso tem que ser dito! Como o Programa Paranaurbano é um programa do Governador Jaime Lerner, como o Proen é um programa do Governo Jaime Lerner, que teve o Rafael Greca como Secretário e defensor desses programas e aliás o Rafael Greca, quando foi Prefeito de Curitiba, defendia o saneamento necessário e o Paranasan, Deputado Rafael Greca, V. Exa. melhor do que ninguém sabe os benefícios que ele trouxe para o Estado do Paraná, principalmente para Curitiba e para o litoral do Estado do Paraná, mas também para o interior do Estado, todos os cantos do Estado foram atendidos. Mas é o Paranasan, que é um programa do Governo Jaime Lerner, Deputado Carlos Simões, e que o atual Governador agora vai usar esse programa para computar os 12% na saúde. E foi esse Governador que criou esse programa, que não vale, que não presta, que não fez nada, mas que foi o responsável pelo aumento da Receita do nosso Estado, pela industrialização do Estado do Paraná.

Eu disse no ano passado, Deputado Caíto Quintana, e eu tenho as informações que recebi da Secretaria da Fazenda das maiores empresas contribuintes do ICMS no Estado do Paraná, e dessas cinquenta maiores empresas, umas dez ou mais de dez empresas vieram para o Estado no tempo do Governo Jaime Lerner. Então, ele não é tão mau assim como está se pintando, exatamente, o ex-Governador. Ele é tão mau que o atual Governador está usando o Programa Paranasan para preencher o percentual de 12% na saúde. É contra isso que nós temos que lutar.

O Deputado Mauro Moraes, que é um Deputado aqui de Curitiba, defensor da saúde, defensor do meio ambiente, defensor principalmente da população da região metropolitana, no seu íntimo, eu tenho a certeza, ele também não concorda que o saneamento seja computado para a saúde, porque senão, amanhã ou depois, todos os outros governos vão querer computar tudo aquilo que eu já relatei aqui da tribuna para perfazer os 12% da saúde, exigidos através da Emenda Constitucional nº 29.

Eu sei que a Bancada do Governo não está mais aí, está do lado de fora, uma estratégia que eles usaram, mas é um direito nosso ao menos de esperar. Quem é democrata, aceita o resultado, aceita o resultado da maioria. A minoria espera e é isso que estamos fazendo, que é pelo menos levar para a sociedade do Paraná a nossa posição e a posição do Governo do Estado do Paraná naquilo que se refere à saúde pública no Estado do Paraná. Nós somos daqueles, como já disse, respeitamos, fomos derrotados na votação do requerimento, sabemos que seremos derrotados aqui no Plenário em relação ao veto do Governador, mas nós só lamentamos muito que este veto tenha sido apreciado agora neste recesso parlamentar, porque com toda a certeza se esse veto fosse apreciado nas Sessões Ordinárias, Deputado Tadeu Veneri, se este veto não tivesse sido incluído na Sessão Extraordinária, agora, este ano, e seria votado depois em fevereiro ou março, com toda a certeza nós poderíamos ter mobilizado as pessoas da área da saúde e poderíamos ter as galerias cheias de gente.

E agora nós não temos, infelizmente, foi também uma estratégia, para nós, infelizmente; para o Governo, felizmente. Usaram essa estratégia para não permitir ou para que não desse prazo para que nós pudéssemos mobilizar a nossa população e termos aqui nas galerias, e que seria muito difícil os Deputados votarem a favor ou contra. Mas, como nós temos voto nominal em relação ao veto, eu tenho a certeza que os votos ficam registrados e poderão ser mostrados depois para a sociedade: quem foi a favor e quem foi contra em relação à inclusão do saneamento, a inclusão do Paranasan.

Deputado Caíto Quintana, com todo o respeito que eu devoto a V. Exa., mas o Paranasan é um programa, um dinheiro que o Governo Jaime Lerner arrumou para o Governo Roberto Requião poder computar na área da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Caíto Quintana com a palavra.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, não quero tomar o tempo maior dessa Sessão até porque o que eu tinha que dizer, a questão da aplicação de Saúde foi dito no encaminhamento do requerimento. Eu apenas mantenho a mesma posição, acho que nós devemos regulamentar aquilo que pode ser aplicado em Saúde ou não. A lei tem divergências tanto no plano federal, no plano estadual

tem divergências, acho que precisa centralizar isso, de uma vez, saber que tipo de saneamento consta como Saúde, qual não. Um saneamento, por exemplo, que gera uma epidemia, é um saneamento que precisa ser controlado mesmo com verba de Saúde. Agora essa é uma discussão que não é para esse momento, nós estamos na proximidade de votar um veto, não é isso?

Nós temos que discutir essa questão com mais profundidade, aqui na Casa. O Congresso Nacional precisa estudar isso, o problema de Saúde é um problema sério mas é um problema que temos que colocar. Se nós analisarmos, Deputado Elio, no plano federal, no plano estadual e nos municípios do Paraná, há uma confusão na questão de Saúde em todos os níveis de Governo, há uma confusão! Então está precisando centralizar isso e o Governo, acima de tudo, eleito democraticamente pelo povo, precisa dizer quais as prioridades, se tiver que gastar 20% em Saúde gasta 20%, não tem impedimento, eu até discordo dessa questão de aplicação de índice obrigatório em orçamento, isso é coisa de falta de estabilidade de um País. Por quê? Porque daqui a pouco o município se vê obrigado a gastar, mesmo que não seja prioridade, apenas para cumprir um dispositivo da legislação para poder aprovar suas contas. Quer dizer é da consciência de cada administrador e eu tenho certeza absoluta pela construção de hospitais regionais que o Governo tem feito, pela ampliação de postos de Saúde, pela manutenção de Santas Casas, por tudo isso que há no Governo Requião a possibilidade de se acreditar que o Governo deva gastar mais do que 12,5% nessa questão fundamental ao nosso povo paranaense.

Obrigado.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente Augustinho Zucchi, Sras. e Srs. Deputados, permitam-me até discordar aqui da colocação feita pelo nobre Deputado Caíto Quintana. É importante num País em desenvolvimento como o nosso, investirmos na qualidade de vida da nossa população e investir em Saúde é uma obrigação constitucional. Aliás o Paraná está atrasado em relação a alguns Estados brasileiros que já aumentaram o percentual obrigatório de 12 para 15% em Saúde. Nós precisamos nos adequar, principalmente o Estado do Paraná que, em comparação com os Estados do Sul e do Sudeste temos os piores índices de desenvolvimento humano. A relação da coleta e tratamento de esgoto está diretamente ligada à questão ambiental do saneamento básico. Vejam, nós perdemos para Santa Catarina, perdemos para o Rio Grande do Sul, isso em comparação com os Estados do Sul. Também se compararmos ao Sudeste perdemos para Minas Gerais, perdemos para o Rio de Janeiro, perdemos para São Paulo, isto é ruim para nós que vivemos no “Sul maravilha”.

Eu creio que um Governo que alardeia a Cartilha de Puebla, que tem um discurso voltado para a defesa dos nossos irmãos que não têm condições de sobrevivência, de vida digna, não pode abrir mão dessa oportunidade,

deveria o Governo do Estado do Paraná ser o primeiro a cumprir essa obrigação constitucional e não mascarar os números e não acreditar que investimento em Previdência, que investimento em saneamento seja, na verdade, um investimento em Saúde especificamente. Como dizia até o próprio Deputado Valdir Rossoni: tudo é saúde.

O investimento em educação acaba sendo investimento em saúde, porque a pessoa bem educada fica menos doente porque evita a automedicação, porque evita os acidentes de trânsito, os acidentes domésticos, os acidentes de trabalho. Não podemos acreditar nessa falácia.

Tive um exemplo no último sábado quando ligava para este Deputado um pai desesperado, porque o seu filho que sofreu um acidente na rodovia BR-369 que corta o norte do Paraná, o filho de 19 anos em companhia da namorada estava a oito horas a espera de uma ambulância para levá-lo para um leito de UTI, que no Norte do Paraná, em Londrina, Cambé, Apucarana, não tinha. Esse acidente ocorreu com um jovem de 19 anos que até hoje está numa situação difícil. Isso foi no sábado. O próprio Deputado Scarpellini também me ligava com esta mesma preocupação, um pai chorando ao telefone, porque a outra moça que se envolveu no acidente, também com 19 anos, já havia morrido. E não havia um leito de UTI para receber este rapaz que estava sedado, mas corria o risco de ter uma lesão no seu cérebro pela falta de uma unidade de terapia intensiva.

As vezes dramatizamos essa situação e sou avesso a tudo isso, evito tocar nesse assunto, Deputado Scarpellini. Mas nesse momento somos obrigados a tratar essa questão não de forma apaixonante, tendenciosa, de forma grotesca até. Mas por uma questão técnica. A oportunidade que temos de corrigir essa situação é no momento em que a peça orçamentária foi mandada para essa Assembléia Legislativa, a Comissão de Orçamento fez a sua parte, nos reunimos com os técnicos do Governo, coordenados aqui mesmo numa reunião. A Deputada Cida Borghetti participou, aqui, no Salão Nobre dessa Assembléia Legislativa e o Deputado Marcos Isfer acreditava que a partir daquela data seria diferente. E a peça orçamentária foi para o Governo do Estado e volta da mesma forma como aconteceram em anos passados. Nós não podemos deixar essa oportunidade.

Por isso, faço questão de fazer esse encaminhamento aqui. Não é uma questão política. É uma questão técnica, constitucional, que deve ser respeitada. E a oportunidade que nós Deputados temos é justamente agora. Vamos seguir os exemplos dos Estados brasileiros que aumentaram o percentual obrigatório de investimento no setor de saúde de 12% para 15%. Essa é a nossa chance, esse é o momento, é aqui no Parlamento. A democracia funciona desta forma, o Governo vetou, estamos tentando convencer, aqui, os Deputados que vão votar agora, que previdência é uma coisa e saneamento básico é outra. O investimento em saúde é para remédio, para médico, para hospital, para salário em saúde.

O Governo teve uma arrecadação maior que em anos anteriores, tem o controle da máquina, a população deu mais quatro anos. É a oportunidade de fazer um grande Governo começando nesse primeiro ano de reeleição, votando e concordando com a Comissão de Orçamento, que teve carta branca, que analisou, que encontrou as possibilidades, há rubrica orçamentária para tudo isso. Vamos colocar a mão na consciência e vamos votar para que o veto do Governador seja derrubado nesta tarde e para aquelas pessoas que hoje não têm oportunidade de leitos de UTI, para aquelas pessoas que não têm acesso a saúde, essas pessoas são as que mais precisam de homens públicos. A resposta que temos que dar à nossa sociedade através da imprensa é votar essa matéria, esse veto que ele seja derrubado na noite de hoje. É o apelo que fazemos.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, pena que parte da imprensa já não esteja mais aqui para ver os Deputados trabalhando desde às 14h30 da tarde até às 19h00. Pena que passamos do horário de fechar as edições da grande mídia do Paraná, para falar que os Deputados trabalharam, em período extraordinário. Isso não vai sair na imprensa, até porque a grande maioria já foi embora.

Ouvi o Deputado Caíto falando sobre a obrigatoriedade dos índices de educação, de saúde e defendeu o Deputado Caíto, grande Parlamentar desta casa e que tem grande conhecimento e grande experiência, disse que deveria ser abolido da Constituição, da Administração. Que Prefeitos, Vereadores e Presidentes não deveriam ser obrigados a gastar na forma da lei, mas gastar na forma da consciência de cada um. Concordo com o Deputado Caíto. Cada Governo direciona o Governo para onde quer. Há Governos que são do Centro, há Governos que são da Direita ou da Esquerda. Cada governante define a forma como quer conduzir o seu Governo. O Executivo define se quer ir para um lado ou para o outro, se quer estar mais próximo do povo ou mais longe do povo, se vai atender os interesses do povo ou dos poderosos que bancaram a sua campanha. Cada Governo decide para que lado caminha o seu Governo. Uns vendem, outros compram estatais, uns vendem bancos, outros privatizam. Uns recuperam, outros vendem. Assim caminha cada Governo.

Na questão da saúde, o Deputado Caíto tem razão. De que adianta falarmos de índices se não são cumpridos? O Paraná é uma vergonha a nível de Estado. Oito anos o Governo Jaime Lerner não cumpriu os 25% da educação e suas contas foram aprovadas todos os anos. Na saúde é a mesma coisa. O Governo Lerner não cumpriu o que determinava a lei e não foi punido. As suas contas foram aprovadas. O atual Governo está nessa linha, não cumpriu os 25% da educação e suas contas foram aprovadas no último dia 15. Eu estava cuidando da CPI dos Grampos e vi esta Casa aprovar as contas do

Governador Requião, de 2003, sem cumprir os 25% da Educação. O professor Lemos estava aqui e dizia isso. Então para que índice, se não se cumpre?

Deputado José Maria, V. Exa. é tão estudioso e vai fazer falta nessa Casa, para que índice, se não se cumprem os índices? Mas ainda bem que o Governo Requião está aprendendo algumas coisas, porque é o terceiro mandato. O Governo vai aprendendo quando o Governo quer acertar.

Por exemplo, recentemente, veio o Governador cobrar aqui um ajuste de conduta do Ministério Público, dizendo que o Ministério Público tinha gastado mais do que deveria. Deveria ter um ajuste de conta. Deu um pito no Ministério Público. E diz: “olha, eu vou dar o dinheiro, mas ano que vem vocês não façam mais isso”. Isso chama-se ajuste de conduta, que só vale para os poderosos, para o pequeno não vale.

Você imagina Deputado Greca, V. Exa. que já sofreu também nas barras dos tribunais, se alguém dissesse: “Rafael Greca vamos fazer um ajuste de conduta e não vai andar aquela caravela”. A nau que virou até brincadeira. O senhor tinha uma grande idéia. Eu achei maravilhosa. E não foi culpa sua, eu sei que o senhor tinha boa vontade. Já pensou se pudesse fazer uma conduta dessa? Volta tudo para trás e se a nau navegasse, seria um espetáculo! Assim desce a humanidade! Ajuste de conduta é um coisa perfeita!

Mas, na educação, ajuste de conduta, Deputado Tadeu Veneri: O Governador Requião se auto penalizou agora, também, e nós aprovamos nesta Casa. Não subiu a educação de 25% para 30%. O que vem a ser isso? É o ajuste de conduta. Já que ele não gastou os 25% que tinha que gastar nos anos anteriores, ele vai fazer de agora em diante, vai subir 5% para cobrir os 2% que faltou.

Então isso chama-se ajuste de conduta. O Governador está ajustando a sua conduta na educação. Ele vai gastar mais, por quê? Porque ele gastou menos e essa Casa aprovou. O Tribunal de Contas fez vistas grossas porque era o Governador. Quando é o Governador, faz. Quando é o pobre Prefeito do interior, é porrada nele, porque é do interior. O Deputado Caíto Quintana sabe disso, tem os seus Prefeitos que sofrem lá. Uns passam por média, outros passam por repetência, alguns passam outros não.

Dáí eu vejo que no ajuste de conduta se aprovam as contas. E, sem ajuste de conduta não se aprovam as contas.

Deputado Caíto Quintana, V. Exa. tem uma sabedoria implacável, o senhor está certo, tem que acabar com esse negócio de índices. Ninguém respeita, Tribunal de Contas não respeita, o Ministério Público não respeita, ninguém respeita nada! Então tem que acabar com isso definitivamente. Nós temos que deixar o governante gastar quanto quiser. Tem que gastar na consciência. Como nós temos um Governador que tem o índice na cabeça, a Carta de Puebla.

Isso é um ajuste à Carta de Puebla, é um direcionamento para a saúde, para a educação e para os pobres. Deputado Caíto Quintana o senhor fez um belíssimo pronunciamento hoje.

Por outro lado eu tenho que elogiar o Governo Requião e dizer que eu voto a favor, porque eu acredito nesse Governo com todos os seus erros. Porque acertou mais. Por exemplo, em Ponta Grossa, tinha dezessete leitos de UTI, hoje tem 36. Ponta Grossa não tinha quimioterapia e radioterapia, hoje têm. Ponta Grossa reabriu o Franco da Rocha. Ponta Grossa recebeu...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Jocelito, são improrrogáveis os dez minutos para encaminhamento.

Deputado Marcos Isfer com a palavra.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Presidente Zucchi, eu tinha me preparado para falar bem pouquinho, mas é difícil.

Deputado Jocelito: não precisa índice, não precisa lei, não precisa Assembléia, não precisa nada? Vale a vontade do governante? Fim de tudo? V. Exa. pregou, aqui, anarquia, anarquia completa. Que beleza? Que exemplo de democracia!

Deputado Caíto, eu tive a oportunidade, durante dois anos, de estar aqui junto com V. Exa., onde sempre o combati, e me lembro tão bem quando dizia o seguinte: “esse dinheiro do Paranasan é uma barbaridade! É dinheiro pego de Banco japonês! Deve ter gente ganhando muita comissão!” Lembra disso, Zucchinho? Como faziam os discursos aqui?

Quero dizer uma coisa: acho que estamos discutindo o mérito. O mérito é muito claro: ou a lei existe para ser cumprida ou, realmente, não precisa lei, não precisa Assembléia, não precisa nada. Segundo, se não investirmos em educação e saúde, neste país, vamos investir em quê? Vamos colocar dinheiro no quê?

“Ah, fazemos saneamento e saneamento é saúde!” É saúde. Tantas outras ações são saúde. Que bom que se faz saneamento, que se faça muito mais, mas que se façam obras onde não tenha superfaturamento; que se façam obras de saneamento por este Estado todo, mas que não tenha denúncias de que vem lá uma empreiteira de Londrina, conversa vai, conversa vem. Tudo isso é bonito. Agora, o importante é o mérito e o mérito é um só: queremos uma sociedade paranaense melhor?

Se a resposta for sim, vamos investir mais em educação, vamos investir mais na saúde.

Parabenizo o Governador por ter mandado no orçamento 30% para educação para esta Assembléia. Foi uma discussão nossa de tanto tempo. É discussão a ser feita esses 12% sem Paranasan, sem SAS, sem hospitais universitários e sem todos os outros desvios. Vamos buscar que se aplique esses 12% em saúde, melhorando a sociedade e melhorando o povo paranaense. É isso que viemos

fazer e está nas nossas mãos. Queremos ou não queremos.

Não adianta ficar falando muito aqui, ficar fazendo muito discurso. A verdade é uma só: a Assembléia quer a saúde do Estado do Paraná melhor?

Parece que se alguém ganhou a eleição, ganhou em cima do discurso da saúde. Não foi assim, Deputado Carlos Simões?

Em cima dos hospitais, em cima de maior investimento na área de saúde, porque saúde vai ser prioridade, saúde vai ser isso, saúde vai ser aquilo. A hora de mostrar a verdade entre o discurso e a prática é agora. Ou o Governo diz que, realmente quer saúde e aplica 12% em saúde, tirando fora saneamento, tirando fora SAS; ou então, mais uma vez, vamos nos render: era discurso que só valia para eleição.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra o Sr. Valdir Rossoni, Líder da Oposição, o último inscrito. V. Exa. tem a palavra por dez minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu, na verdade, Deputado Augustinho Zucchi, que exerce a Presidência dessa Casa, eu precisaria de pelo menos uma hora para ler as justificativas dos vetos, para que ficassem registrados nos Anais da Casa. Para quem escuta o discurso do ilustre ocupante do Palácio Iguaçu, de momento você não acredita no que está escrito na justificativa do veto.

Algumas pessoas que estão aqui podem dizer: mas o que esses Deputados estão fazendo e por que não votam? Não votamos, porque há um inconformismo. Não votamos, estamos protelando a votação e sabemos que vamos perdê-la. Temos que deixar registrado isso nos Anais dessa Casa, porque não é mais possível o discurso estar tão longe, tão distante da prática. Está no horizonte e você não enxerga nada. É isso o que está acontecendo conosco.

Vem o abnegado Deputado Marcos Isfer, que faz um trabalho elogiável na Comissão de Orçamento, reúne técnico, bancada, debate, discute, “vamos colocar aqui a exigência para gastar na saúde”. E aí vira no que está virando hoje: em velório. Perdemos o destaque do artigo 45, que era a parte mais importante para ser votada hoje. Derrubaram o veto, o requerimento do Deputado Tadeu Veneri. Alguns sobem à tribuna e ainda acham que queremos distorcer a realidade.

Não podemos justificar os erros do momento, por causa dos erros do passado. Quem está governando é porque recebeu o aval da população, para consertar o que está errado. Governar é isso. Disputar eleição é isso. Quem escuta o discurso, ao ler a justificativa, se imagina esta justificativa do veto, desses artigos - naquela tribuna estar o Governador do Paraná Roberto Requião analisando o que está escrito aqui nesse veto. Imaginou-se o verbo que seria usado? Esse veto, estes argumentos não

foram escritos com a mão esquerda e nem com o lado esquerdo, onde está o coração. Não adianta você dizer que é de esquerda ou de direita. Você tem que ser justo. Quando digo justo, temos que fazer opções com o dinheiro público.

Todos aqui falaram que saneamento é saúde. Quem não sabe que é saúde? Há que ter prioridade e foi colocado na lei para ser respeitada.

Vi na pauta de, ontem, aqui, e por isso quero justificar para não dizer que não estou fugindo do assunto, um projeto do Tribunal de Contas, onde estabelecia penalidades aos governantes e criava um fundo para ele. É claro que espernei na hora. O que é que o Tribunal de Contas está fazendo? Nada. Por que o Tribunal de Contas não faz nada? Porque nós que somos o Poder, estamos fazendo isso, aqui, hoje: nos curvando ao poder supremo, ao Rei e acabou-se. E a saúde do povo fica ao “Deus dará”.

Quero deixar registrado e não vou fazer a leitura até por respeito aos nossos companheiros, mas gostaria que se alguém tivesse um tempinho e tivesse insônia por alguma justificativa, aproveitasse para ler estas páginas assinadas pelo Governador. A justificativa é inacreditável e eu queria viver um sonho neste momento: não ser o Deputado Rossoni que estivesse aqui e nem aqueles que já me antecederam, mas eu queria ver o pronunciamento do Governador Requião analisando este veto. A mãe do mais humilde paranaense seria xingada desta tribuna, porque ele se revoltaria contra as justificativas que estão aqui. E nós estamos aqui fazendo o quê?

Dizendo amém. Achando que a saúde do Paraná está resolvida. Por que nos apegamos tanto à saúde e não estamos aqui encaminhando a questão do destaque da Secretaria do Trabalho?

Mas, vejam a incoerência tamanha em uma Sessão só. Em um determinado momento um Deputado - e eu não falei que ele vai ser Secretário do Trabalho. Desculpe-me aqui a Deputada que anunciou que ele vai ser Secretário do Trabalho, porque para mim foi uma notícia que recebi aqui. Eu não falei, mas estranhei um interesse súbito para preservar os interesses da Secretaria do Trabalho. Aí, claro que você tem um imaginário e comecei a pensar: o que está acontecendo? Aí, de repente soubemos que a defesa da Secretaria do Trabalho foi em virtude do Deputado se tornar Secretário e aí no mesmo momento em que defendemos para que a Secretaria do Trabalho tenha em torno - pelo menos em contas que estavam fazendo de onze ou doze milhões, no mesmo momento passamos a mão no dinheiro daquele que está na porta do hospital neste momento, ou aguardando há mais de vinte dias para fazer um exame em algum laboratório do Paraná, ou internamento em algum hospital deste Estado. Então, a incoerência desta Sessão fica registrada e é por essa razão, para justificar a quem está nos assistindo, porque não estamos aqui para fazer um discurso brilhante e bonito, mas estamos aqui para pelo menos cobrar caro essa incoerência que está acontecendo neste momento nesta Casa.

Por essa razão, a única questão que lamento é que esse veto está sendo votado na Sessão Extraordinária. Eu queria que ele fosse votado ali pelo mês de abril, para que desse tempo para mobilizarmos a população para vir para as galerias. Vamos ter que fazer isso, principalmente na questão de saúde. E é por essa razão que subi à tribuna. Sei que tem Deputados aqui que estão com compromissos, tenho um grande respeito pelos Parlamentares, mas vejam que estamos em convocação extraordinária e hoje sim, porque ontem saí daqui triste, mas hoje saio daqui realizado, porque exercemos a nossa função.

Perdemos?

Perdemos. Fomos incoerentes? Eu acho que fomos, mas não sei os meus opositores. Mas, exercemos aqui o nosso papel.

Agradeço, Sr. Presidente, e cumprimento a todos os Parlamentares que estão até este momento trabalhando!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estão em votação os vetos da Proposição nº 01/07, com exceção do artigo 23, parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º, que já foram votados.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Dá para pedir uma chamada nominal, Sr. Presidente, para verificação, para os Deputados comparecerem?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas a primeira chamada, automaticamente é chamada nominal. Eles terão a oportunidade de votar na segunda chamada.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

Na votação do requerimento, o objetivo dessa votação dos vetos em bloco se constituiu quórum e aquele mesmo quórum é o que deve prevalecer agora. Não pode ser diferente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos iniciar o processo de votação.

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

A pedido do nosso Líder, Deputado Dobrandino, informo nossa Base que vamos votar SIM para manter o veto do Governador.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto, votarão SIM e os contrários votarão NÃO.

Solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados para a votação, pelo Deputado Carlos Simões, 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

Atenção Srs. Deputados, Chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vinte e cinco Deputados são favoráveis à manutenção dos vetos.

Dezoito são contrários à manutenção dos vetos. E uma abstenção.

Estão mantidos os vetos.

Com exceção, volto a afirmar, do artigo 23, parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Questão de Ordem**)

Quantas ausências, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Dez ausências.

Requerimentos

Requerimento nº 014, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Não recebido.**

Requerimento nº 016, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Prejudicado.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 297, 430/06, do Projeto de Lei Complementar nº 436/06 e dos de Projetos de Lei nºs 572/06 e 002/07.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/07.

Levanta-se a Sessão.

